

# DESENVOLVIMENTO HUMANO E POBREZA: UMA PERSPETIVA AFRICANA

**Avelina Jacinta Alberto Chombossi**

**Dissertação de Mestrado em Finanças**

Orientação: Prof. Doutor Luís Pacheco

Novembro de 2013



UNIVERSIDADE PORTUGALENSE

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, o mentor da vida e a todos quanto direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho de mestrado fosse possível, com vista a ajudar os africanos, em particular os angolanos a despertar com o respetivo tema.

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico os meus agradecimentos:

- À Cespu Formação Angola;
- Aos meus familiares, que muita coragem me deram para que concluísse este curso;
- Aos formadores do curso de Finanças;
- Ao meu orientador, Prof. Doutor Luís Pacheco;
- Especialmente ao meu esposo que não restringiu o curso somente para ele, dando-me força e coragem para que hoje eu terminasse com o mesmo.

## RESUMO

Esta Monografia tem como finalidade definir o Desenvolvimento Humano e Pobreza numa perspectiva africana, por forma a sistematizar e desenvolver algumas reflexões sobre o respetivo tema. De acordo com o inquérito efetuado no terreno pela autora deste trabalho, no período correspondente aos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2012, chegou-se à seguinte conclusão: No universo de 62 alunos foram questionados 52 o que representa 84%, dos quais 25 do sexo masculino e 27 do sexo feminino. Os alunos na sua maioria concordam que são os homens que contribuem para a pobreza. Os alunos concedem grande importância ao tratamento do tema, pois este contribui para o aumento do conhecimento da disciplina de “Desenvolvimento Económico e Social”. Por outro lado, os alunos na sua maioria reclamam a necessidade de que os professores busquem vias de motivação para o desenvolvimento dos conteúdos históricos, sugerindo que os professores fossem colocados consoante as suas especialidades e que os conteúdos fossem uniformizados em todas as escolas por forma a tornar as salas de aulas mais participativas e não só. A totalidade dos entrevistados assinala a falta de bibliografia atualizada para o “Desenvolvimento Económico e Social”.

## **Abstract**

This monography aims at giving a definition of human development and poverty in a African perspective so that we can systematize and develop some reflections about the theme under study. According to the survey conducted in the field by the author of this work in the period corresponding to the months of June, July, August and September 2012, we reached the following conclusion: Of the 52 students which corresponds to 84% of the students enrolled in their courses, it was found that they give great importance in the treatment of the subject, because it contributes to the increase of knowledge of the discipline of socio-economic development. On the other hand, students mostly complain the need for teachers to seek ways of motivation for the development of historical contents, suggesting that teachers were placed according to their specialties and the contents were uniform in all schools in order to make classrooms more participatory and beyond.

All the interviewees pointed out the lack of updated bibliography for the economic and social development. Thus the questionnaire completed the 12th grade students, showed the following results: in the universe of 62 students were asked 52 which represents 84% of which 25 male, 27 female. Students mostly agree that it is men who contribute to poverty.

## INDICE GERAL

	<b>Página</b>
Dedicatória	2
Agradecimentos	3
Resumo / Abstract	4
Índice Geral	6
Índice de Tabelas e de Figuras	8
Índice de Abreviaturas	9
Introdução	10
CAPÍTULO 1 - O Desenvolvimento Humano e a Pobreza numa Perspetiva Africana	13
1.1 Medidas tradicionais de Desenvolvimento Económico	13
1.2 O Direito ao Desenvolvimento	16
1.3 Desenvolvimento Humano	17
1.4 O Problema da Medição do Desenvolvimento	19
1.5 As Escalas de Análise	21
1.6 Desenvolvimento Regional e Local	22
1.7 Fluxos Financeiros Externos	27
1.8 Situação Macroeconómica e Perspetivas Futuras	28
CAPÍTULO 2 – Origem, Definição e Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano	31
2.1 Origens e Definição de Desenvolvimento Humano	31
2.2 Cálculo do I.D.H	32
2.3 Críticas ao Cálculo do I.D.H.	34
2.4 Estado do Desenvolvimento Humano em África	35
CAPÍTULO 3 – A Pobreza e o I.D.H.	43
3.1 A Etimologia da Palavra Pobre e o Conceito de Pobreza	43
3.2 Quem São os Pobres?	46
3.3 Consequências da Pobreza	50
3.4 Medidas para Melhorar o Ambiente Social e a Situação dos Pobres	54

3.5 Eliminação da Pobreza	56
3.6 Índice de Pobreza Humana – IPH	57
CAPÍTULO 4 – Desenvolvimento Humano: o caso de Angola	61
4.1 Caracterização Económica e Social de Angola	61
4.1.1 Introdução	61
4.1.2 Enquadramento Macroeconómico	64
4.1.3 Situação Económica de Angola	67
4.1.4 Situação Social de Angola	70
5. Proposta pedagógica para o tratamento do conteúdo “Desenvolvimento Humano e Pobreza numa Perspetiva africana” e o seu Impacto no Ensino da História Universal aos estudantes do Ensino Secundário da 11ª e 12ª classe.	75
5.1 Análise dos Resultados de Entrevistas e Inquéritos	75
5.2 Crítica ao Programa Atual	76
5.3. Proposta de Introdução do Tema em História Universal na 11ª classe	78
5.3.1 Sistema de Objetivos	78
5.3.2 Sistema de Conteúdos	79
5.3.3 A Seleção do Conteúdo da Aula	79
5.3.4 Métodos de Ensino	80
5.3.5 Tipos e Classificação dos Métodos de Ensino	80
5.3.6 Meios de Ensino	83
5.3.7 Como e o Que Avaliar?	84
5.3.8 A Relação Professor-aluno	84
Recomendações	86
Conclusão	87
Bibliografia	89
Anexos	93

## ÍNDICE DE TABELAS

	<b>Página</b>
Tabela 1 – Desenvolvimentos Macroeconómicos em África	24
Tabela 2 - Desenvolvimentos Macroeconómicos em África (cont.)	25
Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2011)	36
Tabela 4 – Número de questionários realizados aos alunos da 12ª Classe	76

## ÍNDICE DE FIGURAS

	<b>Página</b>
Figura 1 – Situação Económica Atual em África e Expetativas	26
Figura 2 – Estrutura Social	76
Figura 3 – Gráfico sobre condições de realização de negócios	62

## **ÍNDICE DE ABREVIATURAS**

- 1 – CNUCED – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
- 2 – ECP – Estratégia de Combate à Pobreza
- 3 – IBEP – Inquérito Integrado Sobre o Bem Estar da População
- 4 – IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- 5 – IDG – Índice de Desigualdade do Género
- 6 – IPG2 – Índice de Pobreza do Género
- 7 – IPH – Índice de Pobreza Humana
- 8 – IPH1 – Índice para a Exclusão Social
- 9 – IPH2 – Índice para medir a Pobreza Humana
- 10 – MPG – Medida de Participação Ajustada ao Género
- 11 – OCDE – Organização de Cooperação de Desenvolvimento Económico
- 12 – OIT – Organização Internacional do Trabalho
- 13 – OPEP – Países Produtores e Exportadores de Petróleo
- 14 – ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
- 15 – ONU – Organização das Nações Unidas
- 16 – PNB – Produto Nacional Bruto
- 17 – PIB – Produto Interno Bruto
- 18 – PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
- 19 – PVD – Países em Vias de Desenvolvimento
- 20 – RNB – Rendimento Nacional Bruto

## **INTRODUÇÃO**

As questões do crescimento económico, ou seja, do aumento ao longo do tempo do volume da produção nacional preocupam os economistas desde o início da Ciência Económica. Adam Smith, considerado por muitos como o “pai fundador” desta, mas principalmente David Ricardo, Malthus e Marx desde os finais do século XVIII até ao terceiro quartel do século XIX, elaboraram análises profundas sobre o crescimento das economias do seu tempo. Poderá mesmo dizer-se que, no seu início, a Ciência Económica foi, em boa parte, a análise do crescimento ao longo do tempo, das economias dos países então economicamente mais evoluídos do que a maioria dos outros.

No entanto, nos finais do século XIX, as questões do crescimento foram praticamente esquecidas pela ciência económica e só foram retomadas, em novos moldes, nos anos trinta do século XX. Muito se tem falado sobre Desenvolvimento Humano e Pobreza em África, sendo que o conceito de Desenvolvimento emana do conceito de Crescimento. Os seus elementos económicos estão contidos no crescimento e são inerentes a estes. De acordo com Ramalho (2001, p.26), “O Desenvolvimento, engloba mais do que os elementos económicos, envolve alterações qualitativas”. É um fenómeno globalizante, encontra os seus elementos no campo extra – económico, implicando a combinação de transformações sociais e mentais de uma população. Por isso, a África precisa de um modelo político adequado à sua realidade, que garanta a participação dos cidadãos e o equilíbrio de poderes, a estabilidade político – social, a educação e a informação.

### **Justificação da escolha do tema**

- A escassez de literatura sobre o respetivo tema, constituiu a motivação para a escolha do mesmo, afim de possibilitar a sua divulgação às gerações vindouras;
- Poder contribuir na sistematização do referido tema;

### **Problema de investigação**

- Como contribuir na formação de conhecimento e sistematização metodológico – pedagógica sobre o Desenvolvimento Humano e Pobreza em África?

### **Perguntas de Investigação**

1. Qual foi a génese do Desenvolvimento Humano e Pobreza em África?
2. Como se operou o processo de Desenvolvimento Humano e Pobreza em África?
3. Como abordar pedagogicamente o conteúdo sobre o Desenvolvimento Humano e Pobreza em África?

#### **a) Objetivo Geral**

Fundamentar histórica e metodologicamente, as razões do Desenvolvimento Humano e Pobreza numa perspetiva africana.

#### **b) Objetivos Específicos**

1. Explicar a génese e as formas do Desenvolvimento Humano e Pobreza em África;
2. Identificar os autores principais sobre o tema do Desenvolvimento e pobreza em África;
3. Avaliar o processo do Desenvolvimento Humano e Pobreza em África;
4. Fundamentar o tratamento pedagógico da Pobreza em África.

#### **c) Estrutura do trabalho**

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, divididos em duas partes. A primeira parte compreende os capítulos 1 a 4 e aborda as questões relacionadas com o Desenvolvimento Humano e Pobreza em África e a segunda parte faz uma abordagem

mais prática, com sugestões de metodologia para minimizar a pobreza em África. Finalmente, serão retiradas algumas recomendações e conclusões e perspectivadas novas linhas de investigação futura.

## **CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO HUMANO E POBREZA NUMA PERSPETIVA AFRICANA**

### **1.1 - Medidas Tradicionais de Desenvolvimento Económico**

Há um conjunto de medidas que têm sido utilizadas por diversos autores, entre os quais o Banco Mundial (2000), para estimar o desenvolvimento económico de um país. Estas medidas em resumo são:

- 1 – Aumento do PIB real;
- 2 – Aumento do rendimento real per capita;
- 3 – Aumento geral da população;
- 4 – Aumento básico das necessidades;
- 5 – Índice de Desenvolvimento Humano.

Dado o conhecimento generalizado e bem relatado das 4 primeiras variáveis, vamos adiante desenvolver em maior pormenor o conceito de Desenvolvimento Humano. As restantes medidas são discutidas agora em breve.

A medida tradicional de desenvolvimento económico foi sempre o aumento no bem-estar económico das pessoas. De acordo com esta medida, se os cidadãos do país são capazes de obter e consumir mais bens e serviços que antes, as pessoas vão ser consideradas em melhor situação. Por outras palavras, o desenvolvimento económico é uma melhoria sustentada e secular no bem-estar material que se reflete no aumento do acesso a bens e serviços. Um defeito básico destas definições é o facto de um aumento dos bens e serviços produzidos pode ter sido criado à custa de muito trabalho duro, com uma distribuição desigual de riqueza, à custa da saúde, segurança e conforto, ou à custa da dignidade, etc. Seria, portanto, injustificado vincular o aumento do bem-estar de rendimento ou material a um aumento do bem-estar económico e do desenvolvimento económico do país.

Além disso, aquelas definições não incluem atividades não mercantis de bens e serviços tais como: bens produzidos para autoconsumo, o facto das mulheres trabalharem em

casa, etc. O objetivo do desenvolvimento económico é o aumento do rendimento nacional, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. Os economistas, portanto, procuram outras medidas que sirvam como complemento ou alternativas às medidas tradicionais.

A abordagem das necessidades básicas é considerada superior, pois explica em detalhe as necessidades humanas em termos de saúde, nutrição, abrigo e educação, etc.. No entanto, essa abordagem também é criticada pelo facto de não incluir a segurança, a justiça e os direitos humanos, que são uma das medidas importantes na qualidade de vida.

Através de outros indicadores diversos, além do PIB real por pessoa, os economistas medem o nível de desenvolvimento do país a partir dos seguintes indicadores:

- a) A percentagem do rendimento proveniente da agricultura no PIB; quanto maior o rendimento proveniente da agricultura, menos desenvolvida é a economia de um país.
- b) O consumo per capita de energia: quanto maior o consumo per capita de energia mais desenvolvida é a indústria e a economia do país.
- c) Percentagem de amido no total de calorias consumidas: se há alta percentagem de amidos consumidos no total de calorias consumidas pela população, a economia será considerado como subdesenvolvida.
- d) Grau de urbanização, taxa de escolarização do ensino médio: se a relação de matrículas escolares, o grau de urbanização e a expectativa de vida estiverem a aumentar num país, tal é positivamente relacionado com o desenvolvimento económico.
- e) Mortalidade infantil: se num país a mortalidade infantil é elevada, considera-se que tal está negativamente relacionado com o desenvolvimento económico.

O desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que permite dar resposta às necessidades da geração presente, sem comprometer a possibilidade de desenvolvimento das gerações futuras. Contém em si dois conceitos básicos:

- O conceito de necessidade, em especial as necessidades essenciais dos mais débeis do Mundo, a que se deve dar atenção própria;

- O conceito dos limites impostos pelo presente nível da tecnologia e da organização social e a capacidade de dar resposta à satisfação das necessidades de hoje e de amanhã. A delapidação de recursos, a poluição e os problemas ambientais em geral, apresentam causas diversas consoante o grau de desenvolvimento dos países. Assim, enquanto nos países do Sul a pobreza e o rápido crescimento demográfico são as principais ameaças ao ecossistema, nos países ricos, a rápida industrialização, um modo de vida urbano pouco sustentável de mais de 2/3 da sua população e o desenvolvimento tecnológico acelerado distinguem-se como factores mais significativos. Mas os problemas do Norte e do Sul estão intimamente relacionados. Lembremo-nos das migrações do Sul para o Norte provocadas pela miséria, ou as alterações climáticas causadas pela desertificação. Face ao crescente processo de globalização, a questão da sustentabilidade assume uma importância primordial, alertando para os perigos de um excesso de concorrência. A crescente dependência da Humanidade de determinados artefactos (o automóvel o computador, o telemóvel...) contribui para a tomada de consciência da natureza finita do sistema em que vivemos. Por outro lado, os limites finitos do desenvolvimento mundial, a nível global, significam que as sociedades têm de gerir de forma inovadora os complexos problemas com que se defrontam e que ultrapassam o princípio da soberania nacional. No entanto, gerir a complexidade ainda não é um processo adquirido. Os problemas e desafios atuais têm mostrado que as sociedades ainda não estão inteiramente preparadas para resolvê-los. Assim, a questão da soberania do Estado-Nação tornou-se o centro da discussão. Nesta complexidade global, o princípio da soberania nacional está a ficar ultrapassado. Ou seja, exigem soluções globais, com vista a um desenvolvimento sustentado.

A prossecução do desenvolvimento sustentável exige:

- Um sistema político, que assegure a participação ativa dos cidadãos;
- Um sistema económico, capaz de gerar excedentes e conhecimentos técnicos numa base fiável e permanente;
- Um sistema social, que providencie soluções de combate às desigualdades;
- Um sistema de produção, que respeite a base ecológica para o desenvolvimento;
- Um sistema tecnológico, que procure sistematicamente novas soluções,

- Um sistema internacional, que fomente padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- Um sistema administrativo, que tenha a flexibilidade e a capacidade necessárias para se autocorrigir. (vd. Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, adaptado).

## 1.2 - O Direito ao Desenvolvimento

A longa marcha da humanidade, com os seus progressos e recuos, tem condicionado homens e mulheres na realização de uma vida digna e respeitada. Oscilações entre a violação generalizada e movimentos de tendencial respeito, provocaram a construção de patamares, de acordo com os direitos abrangidos em si e o período histórico em que foram formulados, que integram as chamadas gerações dos Direitos do Homem.

Embora com precedentes na Inglaterra e na Constituição americana (1787), foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) que, rompendo com a Essência do *Ancien Régime*, abriu caminho ao atribulado processo dos direitos humanos. Em nome dos valores da liberdade, igualdade e fraternidade, saídos da Revolução Francesa, foram consagrados os direitos civis e políticos (direito à vida, à propriedade, de voto, de associação, etc.), Surge, assim a 1ª geração dos Direitos do Homem.

Por volta de 1830 – 1840, começam a afirmar-se os direitos económicos e sociais, em grande parte como reação às péssimas condições de vida da classe operária surgida com a Revolução Industrial (direito ao trabalho, à greve, à proteção social, etc.). É a 2ª geração dos Direitos do Homem.

Entretanto, a revolta da consciência da humanidade perante os atos de barbárie cometidos durante a II Guerra Mundial levou a que, a 10 de dezembro de 1948, tenha sido aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Declaração Universal dos Direitos do Homem, “como ideal a atingir por todos os povos e nações”. Reiteram-se e alargam-se os direitos às liberdades civis e políticas, nomeadamente o direito a qualquer cidadão de

não ver violada a sua integridade pelos órgãos de poder político (proibição da tortura e de penas ou tratamentos cruéis ou degradantes).

Segundo Joaquim (1960), no século XX, naquela mesma fase, tomou-se consciência de que o crescimento económico não podia alhear-se do respeito pelo ambiente, pelo património cultural de cada povo e pelo direito de cada país escolher e realizar o seu próprio projeto de desenvolvimento. Por outro lado, reconhece-se a dimensão global de problemas como as marés negras, o aquecimento do planeta, as chuvas ácidas, os fluxos migratórios, o crime organizado, os quais exigiam para a sua solução uma articulação de esforços entre os estados. Surge assim a 3ª geração dos Direitos do Homem, onde surgem direitos como o direito à paz, a um ambiente sã, ao património comum da Humanidade (bens comuns, como os oceanos) e o direito ao desenvolvimento.

Os defensores dos direitos humanos têm afirmado frequentemente a indivisibilidade e importância de todos os direitos humanos, negando, assim, a existência de uma hierarquia de vários tipos de direitos (económicos, civis, culturais, políticos e sociais). Todavia, face à escassez de recursos, as prioridades são frequentemente objeto de escolha política. Com efeito, embora inúmeros problemas exijam soluções à escala global, cabe essencialmente aos povos e aos seus governos a construção do seu futuro.

Refira-se que, o Relatório do Desenvolvimento Humano 2000 é dedicado à relação entre Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano, sendo este tema recorrente nos vários relatórios.

### **1.3 - Desenvolvimento Humano**

O conceito de Desenvolvimento Humano tem as suas origens, como bem sublinhou Amartya Sen (1987), no pensamento clássico e, em particular, nas ideias de Aristóteles, que acreditava que alcançar a plenitude do florescimento das capacidades humanas é o sentido e fim de todo o desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento humano tornou-se um conceito paralelo à noção de desenvolvimento económico, embora o primeiro seja mais amplo, ademais de considerar os aspetos relativos à economia e ao consumo, integra aspetos como a qualidade de vida, bem-estar individual e social e

felicidade inspirada nos artigos nº. 22 e seguintes da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

O desenvolvimento humano é o processo pelo qual uma sociedade melhora a vida dos seus cidadãos através de um aumento de bens com os quais pode satisfazer as suas necessidades básicas e complementares, e a criação de um ambiente que respeite os direitos humanos de todos eles. Também é considerado como a quantidade de opções que um ser humano tem possibilidade de fazer o que ele deseja ser ou fazer. O desenvolvimento humano também pode ser definido como uma forma de medir a qualidade da vida humana no meio que se desenvolve, e uma variável chave para a classificação de um país ou região.

Num sentido genérico, o desenvolvimento humano é a aquisição por parte dos indivíduos, comunidades e instituições, da capacidade de participar efetivamente na construção de uma civilização mundial que seja próspera tanto num sentido material como espiritual.

O desenvolvimento humano, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, integra aspetos de desenvolvimento relativos ao desenvolvimento social, o desenvolvimento económico (incluindo o desenvolvimento local e rural) e desenvolvimento sustentável. Também se pode dizer que o desenvolvimento humano implica satisfazer as necessidades identificadas por Abraham Maslow na denominada pirâmide de Maslow.

Relativamente à questão da redução da pobreza, na Declaração do Milénio adotada no ano 2000, a comunidade internacional traçou como objetivo erradicar a pobreza extrema e a fome. Especificamente, foram traçadas duas metas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM): para o período entre 1990 e 2015, reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 USD por dia e reduzir para metade o número de pessoas afetadas pela fome.

Apesar de África ter progredido na redução da pobreza, a região tem registado, neste domínio, uma taxa de redução inferior relativamente a outras regiões em desenvolvimento, o que se deve a três fatores principais. Em primeiro lugar, os elevados níveis de crescimento económico em África apenas se têm registado desde o ano 2000, pelo que as taxas médias de crescimento desde os anos 1990 não eram suficientemente

elevadas para terem um impacto substancial sobre a pobreza. Em segundo lugar, o crescimento em África não tem sido suficientemente elevado nos setores onde a população pobre trabalha ou reside.

Apesar desta situação ter melhorado em vários países desde 1996, o crescimento africano resulta normalmente de setores que têm uma fraca ligação com o resto da economia, não tendo por isso um impacto significativo na criação de emprego e na redução da pobreza. Em terceiro lugar, a desigualdade relativamente elevada em África demonstra que o crescimento tem beneficiado uma pequena parte da população, sendo os benefícios limitados para os mais pobres. Desta forma, as políticas de redução da pobreza necessitam de combinar um crescimento económico elevado com a redução da desigualdade, assegurando ao mesmo tempo que os setores de crescimento económico têm uma abrangência maior.

#### **1.4 - O Problema da Medição do Desenvolvimento**

A medida do desempenho de uma qualquer sociedade é feita através de indicadores. Estes são a expressão numérica de fenómenos económicos, demográficos, sociais e culturais. Através deles, poderemos formar uma ideia mais ou menos precisa dos diferentes aspetos de uma sociedade e da forma como foi evoluindo. Permite-nos também fazer estudos comparativos entre regiões, países ou grupos dentro de uma mesma área geográfica, detetando desvios de diversa ordem. Trata-se de instrumentos indispensáveis ao estudo do crescimento e do desenvolvimento. Por isso, é compreensível que, a par da evolução dos indicadores mais utilizados para medir aquelas dimensões, tenham surgido novos indicadores compostos. Assim, numa primeira fase, em que a principal preocupação no campo do desenvolvimento era o aumento da produção, os principais indicadores usados eram sobretudo os económicos: PIB (Produto Interno Bruto) ou o PNB (Produto Nacional Bruto). Com a evolução do conceito de desenvolvimento, a partir da década de 70 do século XX, os indicadores económicos mostraram-se limitativos da análise do problema e foram sendo progressivamente introduzidos os indicadores demográficos, sociais e culturais. Em 1990, no âmbito do PNUD, avança-se com um conceito novo, o “Desenvolvimento

Humano” e surge o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH). Com a construção do IDH pretende-se reduzir a um número a dimensão de um fenómeno multidimensional. Como veremos em maior detalhe no Capítulo 2, abrange a duração da vida humana, os conhecimentos e o rendimento. Não obstante a falta de dados sobre alguns países, os relatórios anuais do PNUD permitem avaliar o estado do desenvolvimento humano no mundo, fornecendo, além disso, uma análise crítica de um tema específico. Em 1995, o Relatório do Desenvolvimento Humano introduziu o Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género (IDG) e a Medida de Participação Ajustada ao Género (MPG), medidas compostas que reflectem as desigualdades entre os sexos no Desenvolvimento Humano. O IDG utiliza as mesmas variáveis do IDH, mas ajusta a realização média em cada país em esperança de vida, nível educacional e rendimento, de acordo com as disparidades entre as mulheres e os homens. Toma assim em consideração a desigualdade em função do sexo. A MPG procura medir a aquisição relativa de poder por mulheres e homens nas esferas da atividade política e económica, permitindo avaliar se as mulheres têm ou não condições para participar ativamente na vida política e económica do país. As variáveis escolhidas para o MPG foram as partes percentuais de mulheres e de homens, respetivamente, nas posições de gestão, nos empregos profissionais e técnicos e nos lugares parlamentares.

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano introduziram posteriormente o conceito de pobreza humana e foi construído um índice composto para medir a Pobreza Humana (IPH), em que a pobreza humana nos países em desenvolvimento é encarada não apenas como a simples privação de rendimentos, mas como a privação dos três elementos essenciais da vida humana já identificados no IDH. As variações utilizadas são a percentagem de pessoas que se espera que morram antes dos 40 anos, a percentagem de adultos analfabetos e a privação no aprovisionamento económico global, público e privado refletido na percentagem de crianças menores de cinco anos com insuficiência de peso. A constatação de que não são os países mais ricos que estão melhor colocados neste índice levou a que o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1998 tenha avançado com um índice para medir a pobreza humana nos países industrializados, a que foi dada a designação de IPH2 (o anterior passou a designar-se IPH1), o qual veio a demonstrar que nesses países 7% a 17% da população é pobre. Embora o IPH2 incida

sobre as mesmas privações do IPH1, os critérios foram adaptados e introduziu-se uma dimensão adicional, a exclusão social. As variáveis são a percentagem de pessoas que provavelmente morram antes dos 60 anos, a percentagem de pessoas com deficiente capacidade de leitura e escrita, a proporção de pessoas com rendimentos inferiores a 50% da média e a proporção dos desempregados de longa duração (12 meses ou mais).

### **1.5 - As Escalas de Análise**

Um outro problema associado à utilização dos indicadores relaciona-se com as escalas de análise.

Com efeito, os diversos acontecimentos ganham ou perdem importância conforme são analisados de um ponto de vista próximo ou mais distante. Esta proximidade pode ser perspectivada de diferentes formas: espacial, temporal, social, cultural e mesmo pessoal. Damos mais importância aquilo que conhecemos melhor, ou nos é pessoal e socialmente mais próximo. A escala de análise geográfica que utilizamos para observar os diferentes fenómenos é igualmente importante, dado que condiciona a forma como equacionamos as questões do desenvolvimento, desigualdade e heterogeneidade.

A uma grande escala, ou seja, uma escala próxima, como uma região, uma cidade ou um bairro, detetamos aspetos que não são visíveis a uma pequena escala (exemplo: escala nacional, europeia, mundial). Por outro lado, quando pretendemos compreender as realidades, temos de nos afastar por forma a poder ver as suas relações com o sistema-mundo. Assim, a abordagem rigorosa das questões de desenvolvimento deve sempre articular diferentes escalas de análise, uma vez que fenómenos relativamente homogêneos, quando observados a um nível global, revelam grandes variações internas quando observados em escala de análise cada vez maiores.

## 1.6 – Desenvolvimento Regional e Local

As teorias do desenvolvimento regional não se limitam a uma aplicação regionalizada das teorias do desenvolvimento.

A noção de desenvolvimento regional e /ou local implica uma análise sistemática e pluridisciplinar do espaço territorial na sua realidade geográfica, social, histórica e económica. O processo de desenvolvimento parte da interpretação e caracterização do território quanto à sua história, paisagem, património, atividades dominantes, etc. Considera ainda, que as soluções devem ser encontradas no interior do território, rejeitando as soluções exteriores e, por vezes, demasiado tecnicistas.

Com efeito, a questão do desenvolvimento regional e os modelos que o estruturam têm-se fundado sinteticamente em duas visões, de certa forma opostas, de desenvolvimento.

**1- A visão “funcionalista”**, onde dominam os conceitos de crescimento polarizado e os modelos tipo “centro-periferia”. Esta visão parte do princípio de que o desenvolvimento desencadeado pelos setores mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados, localizados nos pólos de crescimento, se difunde com o decorrer do tempo a outros setores e a outros territórios. Assim, o desenvolvimento regional/local estaria hierarquicamente dependente das grandes metas macroeconómicas e do crescimento económico global.

**2- Visão “territorialista”** ou autocentrada, que se baseia em pressupostos de “integração territorial do desenvolvimento”. Refere-se a um conjunto de iniciativas inovadoras, surgidas geográfica, social, historicamente a partir de 1970, que pretendem dar resposta às insuficiências da política de desenvolvimento regional, assente na visão do desenvolvimento dominante, que persiste na exclusão sistemática de grupos sociais e de determinados territórios. Estas iniciativas alicerçam-se nas capacidades endógenas de cada região e são desencadeadas a partir da base, envolvendo os agentes locais, contrariando as lógicas centralizadas e uniformizadoras predominantes.

Atualmente, encontram-se vários exemplos destas políticas de desenvolvimento regional e local. As políticas de desenvolvimento regional, embora consideradas fundamentais no combate às assimetrias entre as regiões, nem sempre são pacíficas quando a sua implementação mexe com interesses instalados e poderes estabelecidos, sobretudo com o poder central.

Se há dificuldades a nível de cada país, quando se passa para o nível supranacional, a questão ainda se torna mais complexa, uma vez que as regiões podem englobar parcelas territoriais pertencentes a vários países. É o que acontece com as chamadas regiões fronteiriças na União Europeia.

Entre alguns países africanos da SADC, também está em vigor um regime de facilitação de trânsito, que permite às populações residentes nas regiões fronteiriças deslocarem-se de um país para outro, num raio de 20 kms adentro, o que pode contribuir para dinamizar as economias dessas regiões.

As tabelas 1 e 2 mostram a evolução do PIB real e de outras variáveis macroeconómicas nas diversas zonas de África, destacando-se o forte crescimento do PIB na África Oriental, Austral e Ocidental.

**Tabela 1 - Desenvolvimentos macroeconômicos em África**

	2009	2010	2011	2012
<b>Crescimento anual do PIB real (%)</b>				
África Central	2.6	4.7	5.3	5.7
África Oriental	5.7	6.2	6.7	6.7
Norte de África	3.5	4.6	0.7	5.1
África Austral	-0.5	3.3	4.5	5.5
África Ocidental	5.6	6.7	6.0	6.8
África	3.1	4.9	3.7	5.8
Norte de África (incluindo o Sudão)	3.6	4.6	1.1	5.1
África Subsariana	2.7	5.0	5.5	6.2
Países exportadores de petróleo	4.1	5.4	2.7	6.1
Países importadores de petróleo	1.9	4.2	4.9	5.4
<b>Preços no consumidor (Inflação anual em %)</b>				
África Central	10.0	5.5	4.8	4.4
África Oriental	16.7	9.3	11.3	9.3
Norte de África	9.1	7.1	8.8	7.7
África Austral	8.0	6.4	6.6	6.7
África Ocidental	10.3	10.4	9.2	7.3
África	10.0	7.7	8.4	7.4
Norte de África (incluindo o Sudão)	9.3	7.7	9.3	7.9
África Subsariana	10.5	7.8	7.8	7.1
Países exportadores de petróleo	11.5	10.0	10.4	8.7
Países importadores de petróleo	8.3	5.0	6.1	5.8

**Fonte: PNUD, vários anos.**

**Tabela 2 - Desenvolvimentos macroeconómicos em África (cont.)**

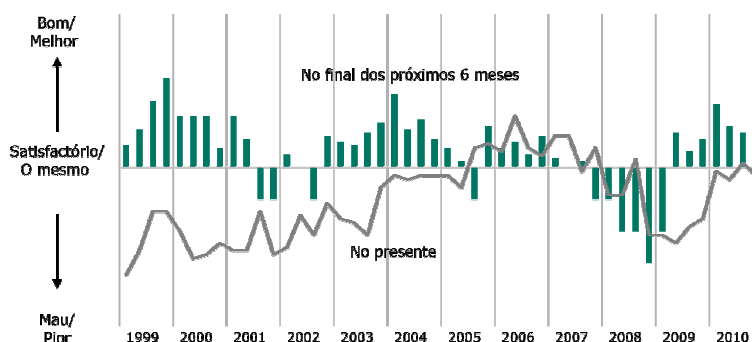
	2009	2010	2011	2012
<b>Equilíbrio Orçamental incluindo donativos (% do PIB)</b>				
África Central	-2.3	0.5	-0.2	0.2
África Oriental	-2.6	-3.3	-3.5	-4.2
Norte de África	-4.0	-2.4	-6.9	-5.3
África Austral	-6.5	-3.3	-2.8	-2.2
África Ocidental	-8.0	-6.1	-2.0	-1.2
África	-5.2	-3.3	-3.9	-3.2
Norte de África (Incluindo o Sudão)	-3.8	-2.3	-6.1	-4.9
África Subsariana	-6.1	-3.9	-2.6	-2.1
Países exportadores de petróleo	-5.8	-2.0	-3.2	-2.0
Países importadores de petróleo	-4.6	-4.8	-4.9	-4.6
<b>Balança de transações correntes, incluindo donativos (% do PIB)</b>				
África Central	-6.0	-3.1	-2.3	-2.4
África Oriental	-7.4	-8.3	-7.7	-9.2
Norte de África	0.1	3.2	0.1	1.3
África Austral	-5.7	-2.8	-4.0	-3.2
África Ocidental	6.4	7.0	10.0	9.7
África	-1.6	0.4	-0.2	0.2
Norte de África (Incluindo o Sudão)	-0.8	2.0	-0.6	0.3
África Subsariana	-2.1	-0.5	0.0	0.2
Países exportadores de petróleo	1.8	5.2	4.3	5.3
Países importadores de petróleo	-5.4	-4.9	-5.5	-6.0

**Fonte: PNUD, vários anos.**

Segundo o PNUD, as economias africanas estão em recuperação sobretudo fruto de um aumento dos preços das mercadorias e dos volumes de exportação. A crise financeira e económica global de 2008/2009 interrompeu o período de grande crescimento, com o PIB africano a passar de uma taxa de crescimento anual de cerca de 6% nos anos anteriores à crise, para 3,1%, em 2009. Desde então, o ambiente económico africano melhorou significativamente e as expectativas têm sido globalmente favoráveis. Em 2010, a taxa média de crescimento africano chegou aos 4,9%, mas devido aos acontecimentos políticos no norte de África, o crescimento do continente abrandou para

3,7% em 2011. No momento em que se escreve, no entanto, persiste uma incerteza considerável em relação ao desenvolvimento de diversos países, em especial na Líbia, e acima de tudo aos efeitos desses acontecimentos no crescimento africano. Partindo do pressuposto de que a economia normalmente recupera, é esperado que o crescimento médio de África possa acelerar para 5,8% em 2012. As previsões para África, apresentadas na figura 1, baseiam-se no pressuposto de que a economia mundial continuará a crescer, se bem que a um ritmo mais moderado do que em 2010.

**Figura 1 - Situação económica atual em África e expectativas**



**Fonte:** Ifo World Economic Survey (WES, 2009)

Os indicadores apresentados na Figura 1 para África são do Ifo World Economic Survey (WES, 2009). Este inquérito é realizado pelo German Ifo Institute for Economic Research Munich, em cooperação com a Câmara Internacional de Comércio (ICC), de Paris, e, para África, em cooperação com o Banco Africano de Desenvolvimento. Analisa trimestralmente as tendências da economia global, através de inquéritos a especialistas económicos, em todo o mundo, sobre os desenvolvimentos económicos nos seus respetivos países. Permite uma rápida e atualizada análise da situação económica dominante em todo o mundo. O questionário centra-se em informação qualitativa: na análise global da situação económica do país e nas expectativas em relação a importantes indicadores económicos. Prova ser um instrumento útil na medida em que revela alterações económicas mais cedo que as tradicionais estatísticas económicas. O inquérito alargou recentemente a sua cobertura de África, que integra agora 34 países, se bem que nalguns apenas com um número reduzido de participantes.

O WES pretende desenvolver mais a cobertura nos países africanos, bem como o respetivo número de participantes.

Com a população africana a crescer acima dos 2%, espera-se que o PIB *per capita* cresça, em média, de 1,4% em 2011 e 3,5% em 2012, depois de ter crescido menos de 1% em 2009. Embora a aceleração do crescimento *per capita* seja apreciável em 2011, não será suficiente para reduzir a pobreza de forma significativa. O crescimento do rendimento *per capita* será demasiado baixo em muitos países, sobretudo em países que sofrem de perdas em termos de trocas, consequência dos preços mais altos das importações de alimentos e de energia. Este é atualmente o caso dos países pobres em recursos, enquanto os países com recursos beneficiam de ganhos em termos de trocas, pelo que o seu rendimento real aumenta mais rapidamente que o seu produto real. Para além disso, em muitos países, há uma desigualdade na distribuição do rendimento e da riqueza, pelo que um forte crescimento médio do rendimento não significa necessariamente uma redução da pobreza (ver capítulo 4 e a situação de Angola).

### **1.7 – Fluxos Financeiros Externos**

A última década foi marcada por mudanças significativas no volume e composição dos fluxos financeiros dirigidos a África. Entre 2000 e 2010, o total de investimento direto estrangeiro (IDE), investimento de carteira e Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) praticamente quintuplicou, passando de 27 mil milhões de USD para os estimados 126 mil milhões de USD. Porém, é a alteração da composição destes fluxos que melhor representa o novo dinamismo económico africano: desde 2005, o continente africano atraiu mais fluxos de IDE do que de APD. Por outro lado, a parte africana nos fluxos globais de IDE cresceu na última década, de 0,7%, em 2000, para 4,5% em 2010. Estes dados são um impressionante testemunho da mudança do papel de África no mundo e da sua crescente capacidade para tirar partido das oportunidades da globalização. Alguns desafios, no entanto, ainda persistem.

O Investimento Direto Estrangeiro em África continua a concentrar-se nalguns países e setores, com 15 exportadores de petróleo a receber 75% dos fluxos de IDE, o que

aponta para a necessidade de uma maior diversificação. Muitos governos estão a enfrentar este desafio e têm demonstrado o seu empenho na melhoria dos quadros institucionais. As perspectivas para os fluxos de IDE para África em 2011 são genericamente boas, tendo em consideração a forte recuperação económica em muitas partes do mundo e o aumento dos preços dos recursos. A atual incerteza no Norte de África torna mais difícil fazer previsões, pois a região tem sido, nos últimos 5 anos, o principal destino do IDE em África (in *Expansão SAPO.ao/home/editorial/editorial hp/..O ide – África e Angola*).

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento atingiu globalmente o valor de 120 mil milhões de USD em 2009, o que representa um aumento em termos reais de 0,7% em relação a 2008. Apesar da crise financeira e do seu severo impacto nos orçamentos governamentais dos países doadores, a APD cresceu. A APD líquida bilateral dos doadores membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) para África chegou aos 28 mil milhões de USD em 2009, dos quais 25 mil milhões tiveram como destino a África subsaariana. Isto representa um crescimento de 3%, em termos reais em relação a 2008, para o total de África, e um crescimento de 5,1% para a África subsaariana.

### **1.8 - Situação Macroeconómica e Perspetivas Futuras**

Esta seção analisa o desempenho e as perspetivas económicas do continente africano, dos seus países e regiões. Aborda igualmente os principais motores do seu desenvolvimento e debate as oportunidades e os riscos de uma recuperação sustentada. A principal conclusão é a aceleração do crescimento africano e que a recuperação deverá continuar, se bem que a um ritmo mais moderado. O continente beneficia de um maior crescimento do comércio mundial e dos altos preços das mercadorias, bem como do alargamento da recuperação. Em paralelo, os elevados preços dos produtos alimentares e do petróleo estão a restringir o rendimento dos consumidores africanos. Em muitos países, nomeadamente no Norte de África e na Costa do Marfim, a recente agitação política e a incerteza reinante influenciarão as perspetivas de crescimento para os próximos anos.

As previsões para África baseiam-se nalguns pressupostos, que se podem revelar como demasiado otimistas ou pessimistas. Assume-se que a recuperação da economia e do comércio mundiais será sustentada e que os preços das mercadorias (petrolíferas e não petrolíferas) continuarão altos, se bem que a níveis mais baixos do que os registados no primeiro trimestre de 2011. Existem, no entanto, riscos nos dois sentidos, tanto positivos como negativos, nesta previsão.

Em termos positivos, a recuperação global pode ser mais forte do que o esperado, à medida que a confiança aumente em muitas regiões do mundo – o que dinamizaria mais o crescimento africano. Mas, acontecimentos recentes na economia global, como o sismo e a crise nuclear no Japão, tornam este risco de subida mais reduzido.

Em termos negativos, a recuperação global pode ser mais fraca do que o que aqui se assumiu. Se os preços do crude continuarem elevados, a níveis entre os 110 e os 120 USD, o crescimento global pode retrair-se. A subida do preço do crude está a transferir riqueza dos países importadores de petróleo para os países exportadores, aumentando as poupanças globais nestes países (pois os exportadores têm normalmente uma taxa de poupança mais alta do que os importadores), enquanto naqueles aumenta a inflação global e se reduz a procura real. Se as políticas monetárias dos importadores de petróleo forem rígidas, em resposta ao aumento da inflação, o crescimento global pode retrair-se ainda mais.

Para além destes riscos externos, existem igualmente riscos positivos e negativos em África. O mais importante será a forma como os países irão responder ao descontentamento social e à tensão política, que floresceram em muitos países. Atualmente ainda não é claro quando é que a paz será restabelecida na Líbia.

No entanto, nos países com setores agrícolas consideráveis, o produto global depende da produção agrícola, logo também das condições climáticas. O pressuposto técnico de condições climáticas normais, pode acabar por ser demasiado pessimista ou otimista.

Finalmente, com os elevados preços dos alimentos e da energia – e com a realização de vários processos eleitorais – alguns países africanos podem vir a conhecer uma ainda maior agitação social e política.

Os decisores políticos africanos devem estar conscientes destes riscos globais e domésticos. É necessário que a estabilidade económica e social seja sustentada, ou, em caso de perturbações, que a normalidade seja rapidamente reposta.

Politicamente, é necessário prosseguir políticas macroeconómicas prudentes e, em simultâneo, pôr em prática as medidas apropriadas para responder aos desafios dos elevados custos das mercadorias. Nos países ricos em recursos, parte das receitas adicionais deve ser posta em fundos soberanos, de forma a assegurar recursos em caso de diminuição dos preços ou de esgotamento dos recursos.

Perante os altos preços dos alimentos, os governos que tenham os recursos necessários, devem proteger os grupos mais vulneráveis da fome, através da concessão de apoios de custo efetivo destinados a alvos selecionados, em vez de optarem pelos subsídios, em termos alimentares e de energia, à população em geral.

Para além disso, devem ser melhoradas as condições comerciais na agricultura, garantindo que os agricultores possam aumentar o investimento e a produtividade, em resposta aos elevados preços dos produtos agrícolas.

## **CAPÍTULO 2 – ORIGEM, DEFINIÇÃO E CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

### **2.1. Origens e Definição de Desenvolvimento Humano**

De acordo com Amartya Sen e Mahabub Ul Haq (1990), o Índice de Desenvolvimento Humanos (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida), recolhidos a nível nacional. Cada ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas. O IDH também é usado por organizações locais ou empresas para medir o desenvolvimento de entidades subnacionais como estados, cidades, aldeias, etc.

Este índice vem sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual (Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH). Estes foram criados e lançados pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq em 1990 e tiveram como objetivo explícito "desviar o foco do desenvolvimento da economia e da contabilidade de rendimento nacional para políticas centradas em pessoas". Para produzir os RDH, Mahbub ul Haq reuniu um grupo de economistas bem conhecidos, incluindo Paul Streeten, Frances Stewart, Gustav Ranis, Keith Griffin, Sudhir Anand e Meghnad Desai. Mas foi o trabalho de Amartya Sen (1993) sobre capacidades e funcionamentos que forneceu o quadro conceptual subjacente. Haq tinha a certeza de que uma medida simples, composta pelo desenvolvimento humano, seria necessária para convencer a opinião pública, os académicos e as autoridades políticas de que podem e devem avaliar o desenvolvimento não só pelos avanços económicos, mas também pelas melhorias no bem-estar humano. Sen inicialmente opôs-se a esta ideia, mas passou a ajudar a desenvolver, juntamente com Haq, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Sen estava preocupado de que seria difícil

capturar toda a complexidade das capacidades humanas num único índice, mas Haq convenceu-o de que apenas um número único chamaria a atenção das autoridades para a concentração económica do bem-estar humano.

## 2.2 – Cálculo do I.D.H.

O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e rendimento (PIB per capita). Os seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto.

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 o PNUD começou a usar um novo método de cálculo do IDH. Os três índices seguintes são utilizaos:

$$1. \text{ expectativa de vida ao nascer (EV) = } \frac{EV - 20}{83,2 - 20}$$

$$2. \text{ Índice de educação (EI) = } \frac{\sqrt[3]{IAME \times IAEE} - 0}{0,951 - 0}$$

$$2.1 \text{ Índice de Anos Médios de Estudo (IAME) = } \frac{AME - 0}{13,2 - 0}$$

$$2.2 \text{ Índice de Anos Esperados de Escolaridade (IAEE) = } \frac{AEE - 0}{20,6 - 0}$$

$$3. \text{ Índice de rendimento (IR) = } \frac{\ln(PIBpc) - \ln(163)}{\ln(108.211) - \ln(163)}$$

Finalmente, o IDH é a média geométrica dos três índices anteriores normalizados:

$$IDH = \sqrt[3]{LEI \times EI \times IR}.$$

Legenda:

**EV** = expectativa de vida ao nascer

**AME** = Anos Médios de Estudo

**AEE** = Anos Esperados de Escolaridade

**PIBpc** = Produto Interno Bruto (Paridade do Poder de Compra) per capita

Antiga fórmula:

Até 2009, para calcular o IDH fazia-se a seguinte média aritmética:

$$IDH = \frac{L + E + R}{3} \quad (\text{onde } L = \text{Longevidade, } E = \text{Educação e } R =$$

Rendimento)

$$L = \frac{EV - 25}{60}$$

$$E = \frac{2TA + TE}{3}$$

$$R = \frac{\log_{10} PIBpc - 2}{2,60206} \quad \text{nota: pode-se utilizar também o rendimento per}$$

capita (ou PNB per capita).

Legenda:

**EV** = expectativa de vida ao nascer;

**TA** = Taxa de Alfabetização;

**TE** = Taxa de Escolarização;

**log<sub>10</sub> PIBpc** = logaritmo decimal do PIB per capita

### 2.3 - Críticas ao cálculo do I.D.H.

O Índice de Desenvolvimento Humano tem sido criticado por uma série de razões, incluindo pela não inclusão de quaisquer considerações de ordem ecológica, focando exclusivamente no desempenho nacional e por não prestar muita atenção ao desenvolvimento numa perspetiva global. Os relatórios de desenvolvimento humano "perderam o contato com sua visão original e o índice falha em capturar a essência do mundo que pretende retratar". Segundo Murray (1991) e Boer e Koekkoek (1993), o índice também foi criticado como "redundante" e uma "reinvenção da roda", medindo aspetos do desenvolvimento que já foram exaustivamente estudados. O índice foi ainda criticado por ter um tratamento inadequado do rendimento, falta de comparabilidade de ano para ano, e por avaliar o desenvolvimento de forma diferente em diferentes grupos de países.

O economista Bryan Caplan entre 2011 e 2012, criticou a forma como as pontuações do IDH são produzidas, nomeadamente, o facto de cada um dos três componentes ser limitado entre zero e um. Como resultado disso, os países ricos não podem efetivamente melhorar a sua classificação em certas categorias, embora haja muito espaço para o crescimento económico e longevidade. Aquele autor argumentava, "isso efetivamente significa que um país de imortais, com um infinito PIB *per capita* iria obter uma pontuação de 0,666 (menor do que a África do Sul e Tajiquistão), se a sua população fosse analfabeta e nunca tivesse ido à escola". Ou seja, "a Escandinávia sai por cima de acordo com o IDH, porque o IDH é basicamente uma medida de quão escandinavo um país é".

As críticas a seguir, são dirigidas ao IDH: de que o índice é uma medida redundante que pouco acrescenta ao valor das ações individuais que o compõem; que é um meio de dar legitimidade às ponderações arbitrárias de alguns aspetos do desenvolvimento social; que é um número que produz uma classificação relativa; que é inútil para comparações intertemporais; e que é difícil comparar o progresso ou regresso de um país uma vez que o IDH de um país num dado ano depende dos níveis de expectativa de vida ou PIB per capita de outros países no mesmo ano. No entanto, a cada ano, os estados-membros da ONU são listados e classificados de acordo com o IDH. Se for

alta, a classificação na lista pode ser facilmente utilizada como um meio de engrandecimento nacional, alternativamente, se baixa, ela pode ser utilizada para destacar as insuficiências nacionais. Usando o IDH como um indicador absoluto de bem-estar social, alguns autores utilizaram dados de painel de IDH para medir o impacto das políticas económicas na qualidade de vida.

#### **2.4 - Estado do desenvolvimento humano em África**

Tal como vimos na seção anterior, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990 a fim de acompanhar a evolução mundial do desenvolvimento humano em todo o mundo com foco em três aspetos fundamentais: uma vida saudável, acesso à educação e nível de vida digno (BAfD, 2011). O IDH mais recente (Tabela 3) mostra que, em 2011, a África Subsariana continua a ter o menor nível agregado de desenvolvimento humano. No entanto, o ritmo da sua melhoria manteve-se a par da região da Ásia Oriental e Pacífico, durante o período 2000-2011.

**Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2011)**

<b>PAÍSES</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2011</b>	<b>Crescimento médio anual em % 2000-2011</b>
Argélia	0,551	0,624	0,698	1,026
Angola	..	0,384	0,486	2,18
Benim	0,316	0,378	0,427	1,105
Botsuana	0,594	0,585	0,633	0,714
Burquina Fasso	..	..	0,331	..
Burundi	0,25	0,245	0,316	2,333
Camarões	0,427	0,427	0,482	1,11
Cabo Verde	..	0,523	0,568	0,755
República Centro Africana	0,31	0,306	0,343	1,046
Chade	..	0,286	0,328	1,258
Comores	..	..	0,433	..
Congo	0,502	0,478	0,533	0,992
República Democrática do Congo	0,289	0,224	0,286	2,249
Costa do Marfim	0,361	0,374	0,4	0,613
Djibuti	..	..	0,43	..
Egito	0,497	0,585	0,644	0,883
Guiné Equatorial	..	0,488	0,537	0,878
Eritreia	..	..	0,349	..
Etiópia	..	0,274	0,363	2,571
Gabão	0,605	0,621	0,674	0,746
Gâmbia	0,317	0,36	0,42	1,405
Gana	0,418	0,451	0,541	1,662
Guiné	..	..	0,344	..
Guiné-Bissau	..	..	0,353	..
Quênia	0,456	0,443	0,509	1,272

Lesoto	0,47	0,427	0,45	0,475
Libéria	..	0,306	0,329	0,64
Líbia	..	..	0,76	..
Madagáscar	..	0,427	0,48	1,07
Malawi	0,291	0,343	0,4	1,408
Mali	0,204	0,275	0,359	2,469
Mauritânia	0,353	0,41	0,453	0,922
Maurícias	0,618	0,672	0,728	0,732
Marrocos	0,435	0,507	0,582	1,256
Moçambique	0,2	0,245	0,322	2,491
Namíbia	0,564	0,577	0,625	0,724
Níger	0,193	0,229	0,295	2,332
Nigéria	..	..	0,459	..
Ruanda	0,232	0,313	0,429	2,917
São Tome e Príncipe	..	..	0,509	..
Senegal	0,365	0,399	0,459	1,281
Serra Leoa	0,241	0,252	0,336	2,649
Seicheles	..	0,764	0,773	0,106
África do Sul	0,615	0,616	0,619	0,05
Sudão	0,298	0,357	0,408	1,228
Suazilândia	0,526	0,492	0,522	0,538
Tanzânia	0,352	0,364	0,466	2,266
Togo	0,368	0,408	0,435	0,579
Tunísia	0,542	0,63	0,698	0,94
Uganda	0,299	0,372	0,446	1,653
Zâmbia	0,394	0,371	0,43	1,366
Zimbabué	0,425	0,372	0,376	0,106
África Subsaariana	0,383	0,401	0,463	1,316

África	0,397	0,415	0,467	1,079
Ásia Oriental e Pacífico	0,498	0,581	0,671	1,318
Ásia do Sul	0,418	0,468	0,548	1,445
América Latina e Caraíbas	0,624	0,68	0,731	0,66

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano (1990 – 2011).

Os benefícios para a África Subsariana resultantes da melhoria das condições de vida parecem resultar das três dimensões do Desenvolvimento Humano. A introdução de acesso universal ao ensino primário em países como o Uganda e o Lesoto fomentaram a educação escolar. A esperança de vida aumentou, em consequência da adoção, pelos países, de políticas inovadoras com vista a melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde prestados. No Ruanda, por exemplo, o Governo introduziu um Seguro de Saúde Baseado na Comunidade (CBHI) que permite oferecer serviços de saúde de qualidade a preços acessíveis a todos. Com a melhoria do funcionamento do sistema, as taxas de adesão da população aumentaram de 7%, em 2003, para 93%, em junho de 2010. Um estudo recente sobre o efeito da política de "Pagamento por Desempenho" (P4P – *Payment for Performance*), na prestação de cuidados primários, no Ruanda, mostra que melhorou a utilização e a qualidade dos serviços de saúde materno-infantil. Vinte e três meses após a introdução do projeto-piloto P4P, registaram-se mais 23% de partos assistidos, mais 56% de consultas de cuidados preventivos por parte das crianças com idades iguais ou inferiores a 23 meses e mais 132% de consultas a crianças com idades compreendidas entre 24 e 59 meses (Basinga et al., 2011).

Isto ilustra a importância da implementação de políticas corretas. Se a taxa de crescimento do desenvolvimento humano do Ruanda pudesse tornar-se na taxa média da África Subsariana para os próximos 16 anos, a região atingiria o nível de desenvolvimento humano da América Latina e Caraíbas, que é neste momento o mais elevado do mundo em desenvolvimento.

Outro fator que contribuiu para o progresso de África é o crescimento do rendimento. O crescimento recente no desenvolvimento humano resulta do facto de a maioria dos países africanos experimentar elevados níveis de crescimento económico. As

*Perspecticas Económicas em África* têm mostrado que África está a passar pelo mais longo período ininterrupto de crescimento do rendimento ao longo das últimas três décadas. Com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 5% ao ano, nos últimos 10 anos, África tem agora uma das economias regionais que mais crescem em todo o mundo.

O crescimento do rendimento significa que os recursos adicionais foram usados para financiar projetos ou atividades que ajudam vidas diariamente. Este é o caso, por exemplo, dos gastos em educação ou em saúde. Um segundo canal, menos direto, é o investimento.

Como as economias crescem, elas atraem mais investimentos e geram recursos adicionais que são reinvestidos na economia, aumentando o rendimento per capita. Entre 2003 e 2009, o PIB per capita em África cresceu 2,7% ao ano. Se a queda no rendimento registado em 2009, em resultado da crise económica e financeira internacional, for retirada, a taxa de crescimento do PIB *per capita* é de 3,1%. Este aumento de rendimento aumenta o poder de compra da população, permitindo aos consumidores acesso a bens e serviços que anteriormente não estavam ao seu alcance.

O aumento do PIB *per capita* acelerou a redução da pobreza na África Subsariana. Estima-se que, em média, um aumento de 1% no rendimento per capita leva à redução de cerca de 1,5% da pobreza (Fosu, 2011). Em 1999, a taxa de pobreza da África Subsariana situava-se em 58% da população, declinando para 52% em 2005. Em 2008, a taxa havia caído para 48% da população. A taxa de pobreza diminuiu 2,2% por ano durante o período de 1999 a 2008, um desempenho sem precedentes desde 1980, quando os dados comparativos foram compilados pela primeira vez.

Refira-se aqui o surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), aprovados em 2000 na Cimeira do Milénio, que teve lugar na Cidade de Nova Iorque. Esse pacto internacional deu início a um novo cenário no processo de cooperação, ao dar origem a um compromisso político assumido pelos Estados na defesa dos princípios de liberdade, igualdade, respeito pelo ambiente e partilha de responsabilidades. Os ODM passaram, assim, a constituir o quadro de referência de cooperação entre os países, uma vez que é com base nesses objetivos gerais que cada país doador estabelece as metas específicas da sua política de cooperação. Assim, “erradicar a pobreza extrema

e a fome” surge como o primeiro e principal ODM, que só será possível de concretizar se de igual modo se assegurar um acesso à educação, à saúde, à igualdade de género e à sustentabilidade ambiental. Mas para que tal seja realizável torna-se essencial que as nações de todo o mundo, ricas e pobres, se unam na luta contra a pobreza. Mantendo-se os ritmos de redução da pobreza nos próximos anos, tal vai permitir a alguns países africanos atingir o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM), de reduzir para metade o nível de pobreza de 1990, até 2015. Mas nem todos os países africanos vão cumprir esse Objetivo na data prevista.

Reduzir a pobreza e melhorar o nível de vida para níveis compatíveis com os objetivos de desenvolvimento humano de África vai exigir enormes recursos. Os recursos não-financeiros incluem um forte compromisso político para com o desenvolvimento humano que precisa ser traduzido numa visão com objetivos claros para a sua implementação, como o caso do Ruanda ilustra. Também é crucial a disponibilidade de pessoal qualificado para implementar as políticas. Para a prestação de serviços também são necessários hospitais, escolas, eletricidade, estradas, etc. Mas, a construção e manutenção daquelas infraestruturas exige elevados recursos financeiros. Algumas estimativas sugerem que o cumprimento da igualdade de género e as metas de educação dos ODM até 2015 exigiriam um esforço adicional anual de 1,8 mil milhões de USD para 2,3 mil milhões de USD. Na mesma linha, as metas de saúde dos ODM exigiriam entre 16,4 mil milhões de USD e 19,5 mil milhões de USD, anualmente. A África Subsariana necessitará de 72 mil milhões de USD a 89 mil milhões de USD de recursos adicionais anuais para atingir o crescimento económico necessário com vista a reduzir para metade do nível de pobreza registado em 1990, até 2015 (Atisophon et al., 2011). Na agricultura, o desenvolvimento dos sistemas de irrigação, muito necessários em áreas onde eles são economicamente viáveis, custaria ao continente cerca de 54 mil milhões de USD, não considerando os custos de reabilitação dos sistemas de irrigação existentes (You et al., 2009). Outra estimativa sugere que África precisa investir anualmente 40 mil milhões de USD em novas infraestruturas e outros 40 mil milhões de USD para manter as infraestruturas existentes (Gijón, 2008).

Não é viável aos países fazerem progressos substanciais sem dedicar um financiamento adicional para o desenvolvimento humano. Até agora, a maioria dos serviços

extraordinários necessários foram suportados pelo setor público, tornando a sua prestação vulnerável às flutuações das receitas públicas. A maioria dos governos africanos não possui recursos internos suficientes para atender a todas as suas necessidades. No passado, a ajuda desempenhou um papel importante, mas as necessidades são tão grandes que uma só fonte não pode preencher a falta de recursos. Torna-se necessário uma combinação de diferentes fontes de financiamento do desenvolvimento, incluindo a ajuda pública ao desenvolvimento tradicional, o investimento direto estrangeiro, as remessas e os recursos nacionais, públicos e privados. Travar a fuga de capitais e repatriar o enorme *stock* de capital que está no exterior poderia tornar-se a nova fonte de financiamento do desenvolvimento para utilizar em serviços. Se os milhares de milhões de dólares que deixam o continente a cada ano na forma de fuga de capitais tivessem sido dirigidos para o desenvolvimento humano em África, a região estaria em melhor posição para alcançar os seus objetivos de desenvolvimento. Entre 1970 e 2008, o capital total que fugiu de África foi estimado em 700 mil milhões de USD (Ndikumana e Boyce, 2011). Ironicamente, entre os oito países com a fuga de capitais média superior a mil milhões de USD, por ano, durante o período de 2000 a 2008, cinco são classificados como países de baixo desenvolvimento humano (PNUD, 2011) que lutam para encontrar os recursos financeiros necessários para melhorar a vida dos seus habitantes.

Dada a natureza dos fluxos financeiros ilícitos e as dificuldades em estimá-los, diferentes estudos produzem diferentes estimativas. A estimativa do Global Financial Integrity coloca a fuga de capitais para fora da África durante o período 1970-2008 em 854 mil milhões de dólares e constata que o montante poderia ser tão elevado, quanto 1,8 biliões de dólares se o cálculo dos valores não fosse constrangido pela indisponibilidade ou má qualidade dos dados para alguns países (Global Financial Integrity, 2010). Note-se que, o cálculo da fuga de capitais inclui os ativos financeiros adquiridos licitamente e ilicitamente que deixam o país ilegalmente. Portanto, um fluxo de capital qualifica-se como fuga de capitais quando sai ilicitamente.

Em resumo, no que concerne ao desenvolvimento humano, a criação do Índice de Desenvolvimento Humano pelo PNUD em 1990 foi motivada pelas limitações do rendimento nacional como medida de desenvolvimento. A criação deste Índice reflete

uma abordagem do desenvolvimento centrada no indivíduo. Apesar de África no seu conjunto ter apresentado, em 2010, o IDH mais baixo de todas as regiões, os dados revelam que entre 2000 e 2010 todos os países africanos, à exceção do Zimbabwe, melhoraram o seu desenvolvimento humano. Em média, a África Subsaariana registou o maior progresso de todas as regiões. O IDH desta região aumentou cerca de 23%, seguido do sul da Ásia onde o aumento foi de 17% durante o mesmo período. Este avanço resultou do aumento do rendimento per capita na maioria dos países africanos durante a última década e de um progresso real no acesso ao conhecimento e a cuidados de saúde melhorados. De certa forma, o avanço assinalado em termos de desenvolvimento humano entre 2000 e 2010 ficou a dever-se também aos reduzidos níveis iniciais de IDH registados no ano de 2000 após o declínio deste índice entre 1990 e 2000.

Para manter os avanços alcançados em matéria de desenvolvimento humano, África necessitará de empreender ações em vários domínios, e não apenas focar-se num único objetivo. A título de exemplo, o crescimento económico permitirá melhorar o desenvolvimento humano se for direcionado para os pobres. Da mesma forma, para que o investimento em setores sociais produza um desenvolvimento humano sustentado, tem de ser acompanhado por medidas que visem a criação de mais oportunidades económicas que beneficiem largos segmentos da população. Para além disso, algumas dimensões do desenvolvimento humano, como é o caso da igualdade de género, só serão melhoradas se os governos africanos fizerem uma escolha deliberada na adoção de políticas que promovam este objetivo em particular. Neste aspeto, a qualidade das políticas económicas será provavelmente tão importante como os recursos utilizados para promover o desenvolvimento humano em África.

## CAPÍTULO 3 – A POBREZA E O I.D.H.

### 3.1- A Etimologia da palavra pobre e o conceito de pobreza

A palavra "pobre" veio do latim "pauper", que vem de *pau* = "pequeno" e *pario* = "dou à luz" e originalmente referir-se-ia a terrenos agrícolas ou gado que não produziam o desejado.

Os debates em torno do conceito de pobreza têm dado origem ao longo dos anos, a definições que se enquadram em diferentes dimensões. Por exemplo, “Morrer de fome é, claramente, o aspeto mais significativo da pobreza” (Sen, 1999, p. 27, citado em Bruto da Costa, 1998, p. 27), defende que a pobreza é a situação de privação resultante da falta de recursos. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o ano de 1997 analisa a questão da pobreza focando “não apenas a privação de rendimento mas a pobreza numa perspetiva do desenvolvimento humano – a pobreza como uma negação de escolhas e oportunidades para viver uma vida longa e aceitável (1997, p. 10). Tendo em conta estas definições, Amaro (2003, p. 16) define a pobreza como “ a incapacidade de desenvolver uma vida longa, saudável e criativa e de usufruir de um nível decente de vida, com liberdade, dignidade, respeito por si próprio e respeito pelos outros”.

De acordo com Oscar Lewis (1961) e a Perspetiva Socioeconómica, a necessidade de saber o porquê da pobreza e quais as suas causas e consequências fez sobressair a perspetiva culturalista, assente no conceito de cultura da pobreza que coloca a ênfase na falta de recursos económicos como a principal causa da pobreza. Lewis (1961) utilizou a expressão “cultura da pobreza” quando realizou um estudo de caso de uma família residente num dos subúrbios da cidade do México. Segundo o mesmo, existe uma série de características que enfatizam a cultura da pobreza:

- Características económicas, desemprego, subemprego, salários baixos, trabalho infantil, enfim, uma luta pela sobrevivência;
- Características sociais: residência em bairros degradados e superlotados, espírito gregário, iniciação precoce na vida sexual, solidariedade familiar muito forte;

- Características psicológicas: índice elevado de alcoolismo, recurso à violência física não só na resolução de conflitos como na educação das crianças, abandono precoce do lar por parte das mães e dos filhos.

Outras características incluem ainda a orientação para o presente e uma capacidade fraca para obter vantagens ou fazer planos para o futuro (Lewis, 1961, p.24). Para o autor, estas características estão presentes em todos os países do mundo, quer aqueles classificados de desenvolvidos, quer os que ainda estão em desenvolvimento.

Os pobres, dada a sua fraca qualificação profissional, dificilmente encontram colocação em empregos bem remunerados, o que faz com que elaborem várias estratégias para aumentar o seu orçamento familiar. A falta de recursos económicos impede-os igualmente de recorrerem ao crédito formal, uma vez que a banca não empresta dinheiro a quem não tenha uma situação económica estável. Por outro lado, registam-se igualmente dificuldades para enviarem os filhos para a escola bem como o acesso a uma assistência de qualidade na saúde, conduzindo, assim, a uma continuidade das condições de pobreza para a geração seguinte, dando origem a uma espécie de reprodução social da pobreza.

Para os críticos desta teoria (ver Rodrigues et al., 1999), a permanência da pobreza de geração em geração prende-se com a estrutura económica e social da sociedade em que os pobres estão inseridos, pois, se fossem criadas as condições necessárias para aumentar a qualidade de vida dos mais pobres nos locais onde estão inseridos, nomeadamente, condições de habitabilidade, acesso à escola e formação profissional que lhes permita a posterior integração em melhores postos de trabalho, a pobreza seria progressivamente eliminada.

A justificação das dificuldades económicas, como sendo a causa principal da pobreza, deve-se a Seebohm Rowntree que, em 1901, realizou um estudo sobre a pobreza em York. Rowntree definiu família como estando em pobreza primária se os seus rendimentos totais forem insuficientes para satisfazer as necessidades mínimas para a manutenção da eficácia meramente física (Sen, 1999, p. 27). Para Rowntree, estariam em situação de pobreza secundária as famílias com rendimento em princípio suficiente

para as colocar acima da pobreza primária, mas que, em resultado de uma distribuição menos “ótima” das despesas, viviam em estado de carência (Bruto da Costa, 1984, p. 277).

Desde então, o fator económico tem sido apontado como sendo o principal motivo que conduz à pobreza. Um exemplo disso prende-se com a definição da linha de pobreza, que foi estabelecida baseada no que realmente se consideram recursos ou necessidades básicas, necessárias à sobrevivência. Consideram-se que os agregados familiares cujos rendimentos se encontram abaixo dessa linha de pobreza, viviam numa condição de pobreza (Giddens, 2001, p. 313), linha essa que o Banco Mundial (BM) estabeleceu em um (1) dólar americano (USD) por dia.

Durante anos, concebeu-se a ideia que a pobreza seria uma característica dos países mais pobres, sendo um assunto proibido nos países desenvolvidos (Capucha, 1998, p. 2003). Apesar da pobreza consistir na falta de alguma coisa essencial para a mera sobrevivência, é preciso ter em conta a situação de pobreza em que as pessoas se encontram, isto porque, dependendo do local, podemos estar perante uma situação de pobreza extrema (ou absoluta) ou de pobreza relativa. A Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social de Copenhaga, realizada em 1995, definiu a pobreza absoluta como “a condição caracterizada por uma privação severa de necessidades humanas básicas, incluindo saúde, comida, habitação, educação e informação” (Capucha, 2005, p. 72 -73). Deste modo, podemos afirmar que a maioria da população africana residente na África Subsaariana vive em condições de pobreza absoluta ou extrema. Por outro lado, podemos dizer que vivem em condições de pobreza relativa aquelas “cujo nível do rendimento familiar está abaixo de uma determinada proporção do rendimento nacional médio” (Sachs, 2006, p. 56). Este tipo de pobreza é característico dos países desenvolvidos, onde as pessoas não têm acesso a bens culturais, entretenimento, cuidados de saúde de qualidade, educação, etc.

A pobreza não é uma condição para aqueles que já são pobres continuarem a ser pobres. Há famílias que vivem em condições de pobreza há várias gerações, mas igualmente famílias que conseguem sair dessa condição. Por outro lado, há famílias que nunca conheceram a pobreza, mas situações adversas, como o desemprego, dívidas, falências arrastam-nas para essa condição, o que faz com que a pobreza seja uma condição

dinâmica, sempre sujeita a alterações. Nos últimos anos, o processo de globalização, com destaque para a globalização econômica, tem conduzido a um aumento das condições de pobreza a nível global, com destaque para os países mais pobres/menos desenvolvidos. Giddens (2008) define globalização como a “intensificação das relações sociais de escala mundial”, que ligam localidades distantes de tal maneira que ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilômetros de distância. No relatório do PNUD para o ano de 1999, a globalização é definida como “um processo que integra não apenas a economia, mas a cultura, a tecnologia e a governação” (1999, p. 1), daí que surjam expressões como “cultura global”, “sistema global”, “processo global”, “modernidades globais”, entre outras.

A nova pobreza globalizadora não resulta da falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial (Santos, 2001, p. 41).

As causas primeiras da pobreza e a sua eliminação são uma questão altamente controversa e politizada. A direita costuma olhar para fatores estruturais que impedem o crescimento econômico como a fraca proteção dos direitos de propriedade, a falta de um sistema de crédito, o crime, a corrupção e a regulamentação prejudicial que prejudica a eficiência econômica. As opiniões mais à esquerda vêem a pobreza como o resultado de diferentes fatores sistêmicos. Por exemplo, pode considerar-se que esta é causada pela carência de oportunidades (nomeadamente de educação) e que é a falta de intervenção governamental que causa maior pobreza. Também segundo esta corrente de pensamento, o alívio da pobreza é uma questão de justiça social e é da responsabilidade dos mais ricos ajudar os necessitados.

### **3.2 - Quem são os pobres?**

A pobreza pode ser entendida em vários sentidos, principalmente:

- Carência; tipicamente envolvendo as necessidades da vida quotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde. Pobreza neste sentido pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais.

- Falta de recursos económicos; nomeadamente a carência de rendimento ou riqueza (não necessariamente apenas em termos monetários). As medições do nível económico são baseadas em níveis de suficiência de recursos ou em "rendimento relativo". A União Europeia, nomeadamente, identifica a pobreza em termos de "distância económica" relativamente a 60% do rendimento mediano da sociedade.
- Carência Social; como a exclusão social, a dependência e a incapacidade de participar na sociedade. Isto inclui a educação e a informação. As relações sociais são elementos chave para compreender a pobreza pelas organizações internacionais, as quais consideram o problema da pobreza para lá da economia.

Apesar da pobreza mais severa se encontrar nos países subdesenvolvidos, esta existe em todas as regiões. Nos países desenvolvidos manifesta-se na existência de sem abrigo e de subúrbios pobres.

A pobreza pode ser vista como uma condição coletiva de pessoas pobres, grupos, e mesmo de nações. Para evitar estes estigmas, essas nações são chamadas normalmente países em desenvolvimento.

A pobreza pode ser absoluta ou relativa. A pobreza absoluta refere-se a um nível que é consistente ao longo do tempo e entre países. Um exemplo de um indicador de pobreza absoluta é a percentagem de pessoas com uma ingestão diária de calorias inferior ao mínimo necessário (aproximadamente 2000/2500 Kilocalorias).

O Banco Mundial define a pobreza extrema como viver com menos de 1 dólar por dia (Paridades de Poder de Compra) e pobreza moderada como viver com entre 1 e 2 dólares por dia. Estima-se que 1.100 milhões de pessoas a nível mundial tenham níveis de consumo inferiores a 1 dólar por dia e que 2.700 milhões tenham um nível inferior a 2 dólares.

A percentagem da população dos países em desenvolvimento a viver na pobreza extrema diminuiu de 28 para 21 por cento entre 1990 e 2001. Essa redução deu-se fundamentalmente na Ásia Oriental e do Sul. Na África Subsahariana, o PIB per capita diminuiu 14% e o número de pessoas a viver em pobreza extrema aumentou de 41% para 44% entre 1981 e 2001. Outras regiões conheceram poucas ou nenhuma

melhorias. No início dos anos 90, as economias da Europa de Leste e da Ásia Central registraram reduções acentuadas no rendimento. As taxas de pobreza extrema chegaram aos 6% antes de começarem a diminuir no final da década.

Outros indicadores relativos à pobreza estão a melhorar. A esperança de vida aumentou substancialmente nos países em desenvolvimento após a segunda guerra mundial e diminuíram a diferença face aos países desenvolvidos onde o progresso foi menor. Até na África Sub-Saariana, a região menos desenvolvida, a esperança de vida aumentou de 30 anos antes da guerra para 50 anos, antes de a pandemia da Sida e outras doenças a terem feitos recuar para o valor atual de 47 anos. A mortalidade infantil por seu lado, diminuiu em todas as regiões.

A proporção da população mundial a viver em países onde a ingestão média de calorias é inferior a 2200 por dia diminuiu de 50% em meados dos anos 60 para menos de 10% nos anos 90. Entre 1950 e 1999, a literacia mundial aumentou de 52% para 81%, tendo o crescimento da literacia feminina (que passou de 59% para 80% da masculina) sido responsável pela maior parte dessa melhoria. A percentagem das crianças fora da força de trabalho passou de 76% para 90% entre 1960 e 2000. As tendências relativas ao consumo de eletricidade, aquisição de automóveis, rádios e telefones foram semelhantes, bem como as relativas ao acesso a água potável. A pobreza relativa é vista como dependente do contexto social e acaba por em grande medida ser uma medida de desigualdade. Assim, o número de pessoas pobres pode aumentar enquanto que o seu rendimento sobe.

Há diversos indicadores de desigualdade como, por exemplo, o coeficiente de Gini. Em muitos países a definição oficial de pobreza é baseada no rendimento relativo e por essa razão alguns críticos argumentam que as estatísticas medem mais a desigualdade do que as carências materiais. Por exemplo, de acordo com o Gabinete de Censos dos E.U.A., 46% dos “pobres” desse país têm casa própria tendo as casas dos pobres, em média, 3 quartos de dormir, 1,5 casa de banho e garagem. Além disso, as estatísticas são normalmente baseadas no rendimento anual das pessoas sem considerar a sua riqueza. Os limiares de pobreza utilizados pela OCDE e pela União Europeia baseiam-se na distância económica relativamente a uma determinada percentagem do nível mediano de consumo.

A linha de pobreza nos EUA é mais arbitrária. Foi criada em 1963-64 e corresponde a um “plano económico de alimentação” (nível mínimo recomendável de despesas com alimentação) multiplicado por 3.

Contudo, mesmo estando a diminuir, a pobreza global é ainda um problema enorme e dramático:

- Todos os anos cerca de 18 milhões de pessoas (50 mil por dia) morrem por razões relacionadas com a pobreza, sendo a maioria mulheres e crianças;
- Todos os anos cerca de 11 milhões de crianças morrem antes de completar 5 anos;
- mil e cem milhões de pessoas, cerca de um sexto da humanidade, vive com menos de 1 dólar por dia;
- Mais de 800 milhões de pessoas estão subnutridas.

Como mencionado, a pobreza não é um fenómeno recente, apesar da preocupação com a mesma o ser. A pobreza faz parte do tecido social em todas as sociedades. Ser pobre acaba por ser “um estatuto fortemente sedimentado” (Almeida et al., 1994, p. 95).

Quem são afinal os pobres? Porque devemos identificar os pobres?.

Como se referiu anteriormente, a dinâmica do fenómeno da pobreza dificulta o estabelecimento de um perfil para descrever os pobres. Sen (1999, p. 27) defende que são pobres aqueles cujos rendimentos totais são insuficientes para satisfazer as necessidades mínimas para a manutenção da eficiência meramente física. Para Capucha (1998, p. 212), são pobres as pessoas, as famílias e os grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que os excluem dos modos de vida minimamente aceitáveis segundo a norma nos países em que vivem, aqueles que são privados de, pelo menos, uma das seguintes necessidades:

- As necessidades básicas tais como: alimentação, cuidados de saúde, alojamento condigno, rendimento, vestuário e falta de acesso à vida social do país (exercício do direito de voto, liberdade de direitos, etc.). Os pobres são aqueles que são “indesejados” pela sociedade, ou porque são sujos, pedintes, ladrões, sem educação e que não se esforçam para sair da situação em que se encontram, ou porque não são apoiados e sem esse apoio perpetuam a sua condição de pobreza.

A principal diferença entre os pobres da Idade Média (cf. Geremek, 1987) e os pobres do século XXI reside na preocupação que atualmente é dedicada aos mesmos, pois estes continuam a ser indesejados e excluídos. Friedmann (1996, p.60) afirma que a situação dos pobres não melhorou e que ainda hoje são denominados de sujos, estúpidos, sem habilidade para nada e inclinados para a violência e para a criminalidade e, por isso, devem ser controlados, geridos, interpretados em termos das quantidades mínimas específicas, tais como alimentação, vestuário, habitação, acesso a água potável e condições de saneamento, condições imprescindíveis para se evitar as doenças, as fomes e outras carências (Streeten, 1986, p. 20).

### **3.3 - Consequências da Pobreza**

Muitas das consequências da pobreza são também causas da mesma, criando o ciclo da pobreza. Algumas delas são:

- Fome.
- Baixa esperança de vida.
- Doenças.
- Falta de oportunidades de emprego.
- Carência de água potável e de saneamento.
- Maiores riscos de instabilidade política e violência.
- Emigração.
- Existência de discriminação social contra grupos vulneráveis.
- Existência de pessoas sem-abrigo.
- Depressão.

Os relatórios do PNUD demonstram um aumento das condições de pobreza (e conseqüentemente da exclusão social) a nível mundial. Essa situação, em pleno século XXI, deve-se a diversos fatores, que Amaro (2003) resumiu no seguinte:

- Fatores macro (globais) relacionados com as configurações económicas em todo o mundo, os modelos económicos, os planos de desenvolvimento, a globalização da economia.
- Fatores meso (locais ou setoriais), tais como políticas regionais ou locais, discriminação contra imigrantes, toxicodependentes, portadores de doenças, etc., existência de culturas locais fechadas, entre outras. Trata-se de fatores que enquadram os grupos sociais e os indivíduos nas suas vivências quotidianas, podendo, em relação aos fatores macro, filtrá-los, atenuando-os ou amortecendo-os, ou, pelo contrário, amplificando-os ou reforçando-os.
- Fatores micro (pessoais e familiares), dos quais se destacam a dimensão e estatuto da família, o acesso aos serviços básicos de saúde e educação, a situação dos idosos, entre outros.

Estes fatores, ligados tanto à escala familiar ou individual como à sociedade ou às relações entre os indivíduos e a sociedade, formam um ambiente propício à propagação e instalação da pobreza e exclusão social, apresentando consequências difíceis de serem eliminadas.

Como já foi referido, a fome é a consequência mais dramática da pobreza. A necessidade de compreender a relação entre pobreza e fome foi abordada por Amartya Sen ao longo do seu trabalho enquanto colaborador das Nações Unidas.

Sen (1990), introduziu assim as noções de capacidades e direitos, relacionou-as entre si e concluiu que as relações de propriedade são uma espécie de relações de concessão de direitos. Segundo o mesmo autor, numa sociedade de economia de propriedade privada, um indivíduo possui uma série de direitos, dos quais destacou quatro: direito de troca (em relação àquilo que dispõe), direito de produção (usufruir daquilo que produz), direito ao próprio trabalho (utilização da sua própria força de trabalho e daquilo que produz com o mesmo) e direito à herança e transmissão (daquilo que for deixado por um antepassado seu, desde que depois o torne produtivo). Uma pessoa estará exposta à carência alimentar se, para a propriedade que realmente tiver, o conjunto de direitos de troca não contiver qualquer lote viável incluindo alimentos suficientes, traduzindo-se na sua incapacidade de adquirir direito a alimentos suficientes. Sen defende igualmente que uma pessoa morre de fome ou porque não tem capacidade de dispor de alimentos

suficientes, ou porque não utiliza essa capacidade para evitar a carência alimentar. Portanto, um indivíduo pode evitar a carência dependendo da combinação que estabeleça entre a sua propriedade e os direitos de troca. Se, como afirma Sen, “a posse de alimentos é um dos mais primitivos direitos de propriedade, e se o indivíduo conseguir estabelecer o seu direito de troca”, então não há carência nem privação.

A concessão de direitos apresenta igualmente limitações, tais como: ambiguidades na especificação dos direitos, violação dos direitos (tais como pilhagens e roubos), ignorância, hábitos alimentares ou apatia e epidemias. Para Sen, a carência alimentar manifesta-se na debilidade das pessoas que é traduzida por uma esperança de vida mais curta. Estão mais vulneráveis às doenças e têm menor acesso aos serviços médicos e à obtenção de medicamentos, cujo valor é muito difícil de suportar. Pessoas doentes não conseguem trabalhar ou estudar, uma vez que o seu organismo está debilitado. As crianças apresentam dificuldades para acompanharem o ritmo escolar, o que se traduz no aumento do número de reprovações e consequente abandono escolar.

Dada a baixa qualificação escolar e profissional, os pobres são empurrados para empregos precários que na sua maioria são temporários, apresentando-se o rendimento insuficiente para a satisfação das suas necessidades. Muitos acabam por emigrar para outras regiões ou países que lhes permitam realmente usufruir de um rendimento mais elevado, mas ainda assim continuam a ter acesso somente a empregos precários, tais como o trabalho na construção civil, empregadas de limpeza ou de balcão, empregadas domésticas, etc. Em muitos casos, o recurso à economia informal apresenta-se como a única fonte de rendimentos.

Os direitos de troca dependem da posição do indivíduo na estrutura económica de classes, dos modos de produção vigentes na economia e das possibilidades proporcionadas pelo Estado como parte do seu programa de Segurança Social.

A falta de rendimento também se traduz numa inadequação geral das condições de alojamento, isto é, os mais pobres recorrem aos bairros periféricos, na sua maioria degradados, porque não conseguem suportar os custos com uma habitação. Em muitos casos, a superlotação também é verificável, isto é, várias famílias partilham o mesmo alojamento, o que se traduz nas más condições de habitação e o difícil acesso às infraestruturas básicas, tais como rede de esgotos, recolha de lixo, etc.

Segundo Friedman (1993), a pobreza e a exclusão social, condicionam igualmente o acesso dos pobres às bases do poder social. Este ponto é introduzido porque define a pobreza como uma condição de *disempowerment* sistemático pela qual condições estruturais implícitas mantêm pobres os pobres e confinam o seu acesso ao poder social ao nível de sobrevivência diária. Segundo aquele autor, é através do acesso às bases do poder social que os pobres ganham algum poder na sociedade. Deste modo, apresenta oito bases do poder social:

- Espaço de vida defensável, tempo excedente, conhecimentos e técnicas, informação adequada (informação que suporta a luta familiar pela subsistência), organização social (igrejas, clubes desportivos, grupos de discussão), redes sociais, instrumentos de trabalho e condições de vida (ferramentas da produção doméstica), recursos financeiros. O ponto central de acesso às bases do poder social é a Economia de Unidade Doméstica (EUD), uma vez que as relações de poder que sustentam a produção capitalista atuam também para manter os pobres *disempowered* (Friedman, 1993).

As bases principais são o espaço de vida defensável, o tempo excedente, a organização social e as redes sociais. Depois de garantirem o acesso a estas bases as unidades familiares podem concentrar-se nas restantes: informação adequada, instrumentos de trabalho e condições de vida, conhecimento e técnica e recursos financeiros.

Os pobres também encontram os obstáculos, daí que queiram mais poder e estão mais empenhados em adquiri-lo de modo a melhorar as suas condições de vida. Por outro lado, os muito pobres – vítimas da fome, trabalhadores rurais sem terra, unidades domésticas com mulheres como chefe de família em bairros de lata das grandes cidades – podem simplesmente não ter meios para se ajudar a si próprio (Friedmann, 1996).

Também Bruto da Costa (1998), defendeu que a pobreza é marcada pela total ausência de poder (político, económico, social, cultural, de influência, etc.), a ponto de o pobre nem sequer conseguir reivindicar os seus direitos mais elementares. Qualquer programa ou projeto de luta contra a pobreza terá em vista, além do mais, devolver aos pobres o poder que perderam (*empowerment*), para que tenham condições para o pleno exercício da cidadania. Tal como podemos constatar, aquelas características não atuam isoladamente. Cada uma delas é influenciada e influencia a outra, criando aquilo que

Nurske (citado em Gumieiro, 2011) designou de “Círculo Vicioso da Pobreza”, tal como a seguir se indica:

Um homem pobre pode não ter o suficiente para comer; sendo subalimentado, a sua saúde pode tornar-se débil; estando praticamente débil, a sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que é pobre, o que por sua vez significa que não terá o suficiente para comer, etc. Uma avaliação deste tipo, colocada ao nível de um país como um todo, pode ser resumida na velha proposição: “um país é pobre porque é pobre” (in Figueiredo e Costa, 1981).

De acordo com Figueiredo e Costa (1981), esse círculo pode ser rompido em qualquer um dos pontos, levando assim a uma eliminação progressiva da pobreza, mas para que tal aconteça é preciso haver “vontade” para o fazer.

### **3.4 - Medidas para melhorar o ambiente social e a situação dos pobres**

Algumas medidas propostas para minorar a pobreza são:

- Planeamento familiar.
- Habitação económica e regeneração urbana.
- Educação acessível.
- Cuidados de saúde acessíveis.
- Ajuda para encontrar emprego.
- Subsidiar o emprego para grupos que normalmente tenham dificuldade em consegui-lo.
- Encorajar a participação política e a colaboração comunitária.
- Trabalho social e voluntário.
- Instituições sociais de qualificação de mão de obra.

Recentemente, o Coordenador Residente das Nações Unidas em Angola, Koen Vanormelingen, afirmou em Luanda, que a pobreza em Angola, medida em receitas monetárias, reduziu de 63 por cento da população em 2002, para 38 por cento, em 2009.

Numa conferência de imprensa, realizada pelas agências do Sistema da ONU em Angola, alusiva aos 65 anos da organização, o responsável disse que o país caminha de forma segura para alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, atendendo aos avanços registados na última década, como a paz e sua consolidação e o crescimento económico social sustentável.

A atração de investimento estrangeiro, o avanço com a reabilitação de infraestruturas sócio-económicas, a redução significativa das taxas de mortalidade materna e infantil, o aumento da taxa de escolarização primária e a expansão da rede sanitária nacional em infra-estruturas e quadros capacitados são outros avanços apontados pelo Coordenador Residente da ONU em Angola.

A par disso, o responsável realçou que, apesar dos avanços notáveis na agenda nacional de desenvolvimento, as grandes disparidades entre angolanos podem pôr em risco as oportunidades para atingir os objetivos de desenvolvimento económico e social nacional. Segundo o Coordenador Residente, a redução das disparidades económicas e sociais foi escolhida como uma das prioridades para os programas de cooperação em curso entre as agências das Nações Unidas e o Executivo angolano.

Embora reconheçam os avanços, as agências da ONU que operam em Angola salientam que existem ainda muitas disparidades e iniquidades no acesso aos serviços e com base nos indicadores de desenvolvimento económico social.

A título de exemplo, refere-se que quase sete milhões de pessoas vivem com menos de 1,75 dólares por dia e há cerca de um milhão de crianças fora do sistema de ensino primário. Milhões de pessoas ainda não têm acesso a serviços de saneamento adequados. Estas discrepâncias e iniquidades perigam, segundo as agências, a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e prejudicam também o desenvolvimento económico e social a médio prazo.

“Queremos focar o apoio técnico no sentido de garantir o acesso universal e equitativo a um pacote essencial de bens e serviços e a redução da pobreza e das vulnerabilidades, cooperando com o Governo para reduzir as disparidades existentes entre a população angolana”, declarou aquele responsável da ONU.

### 3.5 - Eliminação da pobreza

O combate à pobreza é normalmente considerado um objetivo social e geralmente os governos dedicam-lhe uma atenção significativa.

A diminuição da pobreza extrema e da fome são um objetivo de desenvolvimento do milénio. Além de abordagens mais vastas, o Relatório Sachs (do Projeto do Milénio da ONU) propõe uma série de intervenções de ganho rápido, identificadas por especialistas em desenvolvimento, que custam relativamente pouco mas que têm um grande impacto na redução da pobreza. São elas:

- Eliminar as propinas escolares.
- Fornecer fertilizantes a agricultores pobres.
- Fornecer refeições escolares gratuitas.
- Promover a amamentação das crianças.
- Desparasitar crianças.
- Treinar técnicos locais de saúde pública.
- Fornecer redes mosquiteiras.
- Eliminar taxas de cuidados de saúde nos países em desenvolvimento.
- Acesso a informação sobre saúde sexual e reprodutiva.
- Acesso a medicamentos para a SIDA, a tuberculose e a malária.
- Investir nos bairros de lata e disponibilizar terrenos para habitação pública.
- Acesso a água potável, saneamento básico e eletricidade.
- Legislação sobre os direitos das mulheres, incluindo o direito à propriedade.
- Ação contra a violência doméstica.
- Enviar conselheiros científicos aos governos.
- Plantar árvores.

A estratégia do Banco Mundial contra a pobreza depende grandemente da promoção do desenvolvimento económico, considerando, contudo algumas reservas relativamente ao seu impacto só por si. O Banco Mundial defende com base em vários estudos que:

- O desenvolvimento económico é fundamental para a redução da pobreza e em princípio não cria desigualdades.
- O desenvolvimento acompanhado de políticas sociais é melhor do que apenas crescimento.
- Uma desigualdade inicial elevada prejudica a redução da pobreza no futuro.
- A pobreza é ela própria uma barreira à sua própria diminuição.

Índices internacionais como o Relatório Global da Competitividade, o Índice da Facilidade em Realizar Negócios ou o Índice de Liberdade Económica sugerem uma série de condições que ajudam a aumentar o desenvolvimento e a reduzir a pobreza.

Muitos empresários e académicos defendem a redução das barreiras para a criação de empresas e a redução das limitações à sua atividade como factores importantes para a criação de emprego e para trazer mais pessoas para a economia formal.

Os governos podem ajudar os necessitados. Nos países ocidentais, durante o século XX foram implementadas numerosas medidas que construíram o chamado Estado Social, beneficiando especialmente os idosos e as pessoas com deficiência. A caridade particular é também muito importante, sendo muitas vezes encorajada pelos governos.

### **3.6 – Índice de Pobreza Humana – IPH**

O IPH (Índice de pobreza ou indicador de pobreza humana) é calculado nos Relatórios do PNUD:

IPH 1 – Índice de Pobreza Humana para os países em desenvolvimento, elaborado a partir de 1998);

IPH 2 – Índice de Pobreza Humana para os países da OCDE seleccionados, elaborado a partir de 1998).

## **Cálculo do IPH – 1**

A fórmula de cálculo do IPH – 1 é a seguinte:

$$\text{HPI -1} = [1/3(P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Onde:

$P_1$  = Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (vezes 100);

$P_2$  = Taxa de analfabetismo de adultos;

$P_3$  = Medida não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com baixo peso para a idade.

A medida do grau de privação de um nível de vida digno é calculada através de uma medida não ponderada de dois indicadores.

Média não ponderada =  $1/2$  (população sem acesso sustentável a uma fonte de água não melhorada) +  $1/2$  (crianças com um baixo peso para a idade).

Exemplo de cálculo: Namíbia

$$P_1 = 45,4\%$$

$$P_2 = 15,0\%$$

- População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada = 13%;
- Crianças com baixo peso para a idade = 24%

$$\text{Média não ponderada} = 1/2 (13) + 1/2 (24) = 18,5\%$$

$$\text{Logo, } P_3 = 18,5\%$$

$$\text{HPI-1} = [1/3 (45,4^3 + 15,0^3 + 18,5^3)]^{1/3} = 32,5$$

$$(\text{com } \alpha = 3)$$

## **Cálculo do IPH -2**

A fórmula do IPH – 2 é a seguinte:

$$\text{HPI - 2} = [1/4 ( P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha + )]^{1/\alpha}$$

Onde:

$P_1$  = Probabilidade a nascer de não viver até aos 60 anos (vezes 100);

$P_2$  = Adultos funcionalmente analfabetos;

$P_3$  = População abaixo da linha de pobreza por falta de rendimento (50% do rendimento disponível familiar médio ajustado);

$P_4$  = Taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais);

( $\alpha = 3$ )

Exemplo de cálculo: Austrália

$P_1 = 7,7\%$

$P_2 = 17,0\%$

$P_3 = 14,3\%$

$P_4 = 0,9\%$

$HPI - 2 = [1/4 (7,7\%^3 + 17,0^3 + 14,3^3 + 0,9^3)]^{1/3} = 12,8$

Porquê a utilização de  $\alpha = 3$  no cálculo do IPH-1 e do IPH-2?

O valor do  $\alpha$  tem um importante papel no valor do IPH. Se  $\alpha = 1$ , o IPH corresponde à média das suas dimensões. Quando acresce atribui-se maior peso à dimensão em que houver maior privação. Assim, à medida que  $\alpha$  cresce para infinito, o IPH tenderá para o valor da dimensão em que o grau de privação é máxima.

No relatório, o valor 3 é utilizado para conferir um peso adicional, embora não excessivo, às áreas de privação mais aguda. Para uma análise pormenorizada da formulação matemática veja-se a obra de Sudhir Anand e Amartya Sen, “*Concept of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective*” e a nota técnica no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997.

Desde 2010, o novo índice de pobreza multidimensional (MPI - *Multidimensional Poverty Index*) substitui os índices de pobreza humana (IPH e IPH-1/IPH-2)

Relativamente a Angola, e de acordo com Oliveira (2012), os dados do inquérito do IBEP (Inquérito Integrado Sobre o Bem Estar da População), mostram que são três as regiões que carecem de maior atenção por parte das autoridades. A primeira região abarca Cabinda, Uíge e Zaíre onde há pelo menos 4 vezes mais pobres do que a média nacional. Depois temos a segunda região que é Luanda. Segue-se Moxico, Kuando – Kubango e a região do Cunene, Namibe e Huíla. Isso quer dizer que essas são as regiões onde realmente há mais populações na zona rural e nós sabemos claramente que os dados do inquérito do IBEP, mostram que a pobreza é maior nas áreas rurais do que nas urbanas. Os dados indicam a área rural com 50% e a urbana com 18,5%. Pode-se dizer que a incidência da pobreza é quase três vezes maior na zona rural do que na zona urbana.

Uma grande diferença é que a maior parte das pessoas que vivem no meio rural não estão inseridas no mercado formal de trabalho. O grande objetivo é reduzir os níveis de pobreza em particular no meio rural, promovendo o acesso de toda a população aos serviços públicos básicos. E em consequência disso, é especificamente fazer com que a população, as associações, as representações das igrejas à todos os níveis, participem no desenvolvimento de determinadas comunidades. Isto é, no desenvolvimento local.

## **CAPÍTULO 4 – DESENVOLVIMENTO HUMANO: O CASO DE ANGOLA**

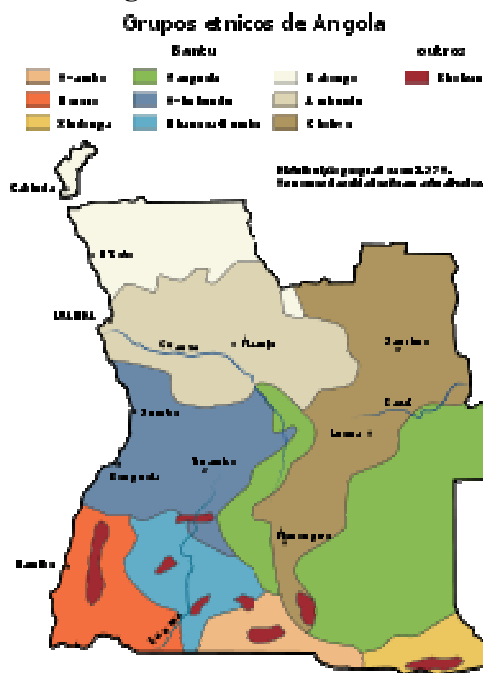
### **4.1 – Caracterização Económica e Social de Angola**

#### **4.1.1 – Introdução**

A República de Angola situa-se na Costa Ocidental da África Austral a Sul do Equador, sendo limitada a Norte pela República do Congo, a Oriente pela República da Zâmbia, a Sul pela Namíbia e o Ocidente pelo Oceano Atlântico. A República de Angola é o quinto país de maior dimensão ao Sul do Sahara, com uma área de cerca de 1.246.700 Km<sup>2</sup> e uma linha marítima atlântica de cerca de 1.650 quilómetros. A sua fronteira terrestre é de 4.837 Km, e o comprimento máximo no sentido Norte Sul é de 1.277 Km e a largura máxima no sentido Oeste – Leste, é de 1.236 km, dando ao país uma configuração geométrica equivalente a um quadrado.

Segundo as estimativas do *United Nations Department of Economic and Social Affairs*, a população de Angola era em 2010 de cerca de 19 milhões, dos quais pouco mais da metade viviam nas cidades.

Figura 2 - Estrutura social



Fonte: [pt.wikipedia.org/wiki/geografia de Angola](http://pt.wikipedia.org/wiki/geografia_de_Angola)

Os habitantes de Angola são de diferentes raças e etnias, com as seguintes percentagens aproximadas.

- Bantus: 95% - Ovimbundu (37%), Ambundu (25%), Bakongo (13%), Ovambo/Nyaneka-Nkhumbi / Herero / Còkwe / Ganguela / Xindonga (20%)
- Mulatos, em Angola chamados mestiços: 2%
- Caucasianos: 2%
- Outros: 1%

Os principais centros urbanos, além da capital Luanda, são o Lobito, Benguela, Huambo (antiga *Nova Lisboa*) e Lubango (antiga *Sá da Bandeira*). Apesar da riqueza do país em matérias-primas, grande parte da sua população vive em condições de pobreza relativa.

Apresentam-se a seguir alguns indicadores demográficos:

- População - 18.056.072 (julho 2011 est.)
- População urbana: 57%
- Crescimento demográfico: (2005 - 2010): 2,81%

- Taxa de nascimento – 39,36 nascimentos/1.000 habitantes (2011 est.)
- Taxa de mortalidade -12,06 mortes/1.000 habitantes (julho 2011 est.)
- Taxa de migração – 0,55 migrante(s)/1.000 habitantes (2011)
- Distribuição por sexo no nascimento: 1,05 homens/mulher
- Menores de 15 anos: 1,04 homens/mulher: 15 - 64 anos: 1,2 homens/mulher
- 65 anos e mais: 0,86 homens/mulher;
- População total: 1,02 homens/mulher (2011 est.)
- Expectativa de vida: 42,7 anos (190º a nível mundial)
  - homem: 41,2 anos
  - mulher: 44,3
- Estrutura por idade (2002):
  - menores de 15 anos: 47,7%
  - de 16 a 59 anos: 47,9%
  - maiores de 60 anos: 4,4%
- VIH/SIDA – taxa de incidência da população adulta: 2% (2009 est.)
- VIH/SIDA – habitantes infetados com VIH/SIDA: 200.000 (2009 est.)
- VIH/SIDA – mortes: 11.000 (2009 est.)
- Taxa de alfabetização: População total: 67,4%; Homens: 82,9%; Mulheres: 54,2% (2001 est.)
- Taxa de mortalidade materna: 610 óbitos/cem mil nascidos vivos (2008)
- Crianças menores de 5 anos abaixo do peso normal: 27,5% (2001)
- Despesas com saúde: 4,6% do PIB (2009)
- Densidade de médicos: 0,08 médicos/1.000 habitantes (2004)
- Leitos hospitalares per capita: 0,8 leitos/1.000 (2005)

Os indicadores acima apontam para uma grande complexidade dos tecidos sociais em Angola que, no entanto, está até à data relativamente mal estudada. Desde meados do século passado, estão manifestos processos de estratificação social e mesmo de formação de classes sociais, mas os trabalhos até hoje apresentados sobre este aspeto são pouco satisfatórios. Ainda menos investigada está a relação das estruturas sociais com as identidades sociais étnicas e raciais.

#### 4.1.2 - Enquadramento Macroeconómico

Os últimos anos têm sido marcados à escala global pelo espectro de sucessivas crises. À crise do *subprime* de 2008, segue-se agora a crise da dívida soberana de 2011, que ameaça comprometer a recuperação económica a que se assistiu em 2010.

O ano de 2010 marcou uma inflexão da situação económico-financeira face ao ano de 2009 que, de acordo com o *World Economic Outlook* elaborado pelo FMI, apresentou uma contração do PIB agregado mundial na ordem dos 0,5%. Em 2010, de acordo com a mesma fonte, a economia mundial terá crescido 5%, fortemente impulsionada pelas economias emergentes, que apresentaram uma maior resistência à crise e cresceram a uma média de 7,3%. Por outro lado, as economias mais desenvolvidas não foram além dos 3% (por exemplo, zona euro, EUA e Japão), em grande parte devido ao ambiente de incerteza, alimentado pela crise da dívida soberana e elevadas taxas de desemprego, apesar dos esforços dos Governos e dos Bancos Centrais no sentido de conterem ou contrariarem os efeitos da crise. Com o epicentro situado na zona Euro, o mundo assiste com ansiedade ao desenrolar da crise da dívida soberana. Caso esta crise venha a desacelerar a ténue recuperação das economias desenvolvidas, poderemos assistir a uma nova contração da economia mundial, com natural reflexo nos preços do petróleo e consequentemente no crescimento da economia angolana.

Nos últimos cinco anos, Angola foi uma das economias que mais cresceu a nível mundial, sendo que as previsões oficiais apontam para que esta tendência de crescimento se mantenha. Sendo um caso de sucesso nos últimos cinco anos, Angola apresenta um crescimento anual médio aproximado de 13%, superior a países como a China, a grande potência emergente da atualidade. Este crescimento está fortemente alavancado pelos excelentes resultados da economia nacional entre os anos de 2006 e 2008, em que beneficiou de elevados rendimentos provenientes da exploração de petróleo. Esta tendência deve continuar nos próximos anos, com as previsões do FMI a apontarem para taxas de crescimento real do PIB de 3,7% em 2011 e 10,8% em 2012, valores bastante alinhados ou superiores à média mundial, que se estima não ultrapassar os 4%.

Analisando a evolução do PIB angolano, é possível observar que o país tem vindo a crescer sistematicamente acima das economias mundiais mais desenvolvidas, mesmo durante os anos em que o crescimento do PIB desacelerou devido à baixa do preço do petróleo. A correlação entre o crescimento do PIB e a evolução do preço do petróleo é refletida pela quebra do ritmo de crescimento observada em 2009, e que acabou por se prolongar para 2010 e 2011. Durante este triénio, Angola apresenta um crescimento menor que outras economias emergentes do globo, em particular a China e Índia, que apresentam uma estrutura de crescimento mais alavancada em procura interna e exportações fabris.

Destaque ainda para a comparação com a outra grande economia petrolífera da região – a Nigéria – que apresenta uma evolução do PIB mais constante de ano para ano, o que indicia uma estrutura do PIB mais equilibrada. No contexto da economia angolana importa acompanhar o desenrolar da crise da dívida soberana e o seu efeito de contágio a nível mundial. Uma nova recessão global poderá originar uma nova quebra dos preços do petróleo e o conseqüente impacto no crescimento do PIB angolano. A evolução da estrutura do PIB angolano demonstra o esforço de diversificação da economia que tem vindo a ser efetuado pelas autoridades locais. Setores como a Agricultura, Construção e Serviços viram a sua participação no PIB subir desde 2008 face ao petróleo, que embora continue a ser o principal “contribuinte” para o PIB, apresenta uma tendência decrescente dessa contribuição relativa. À medida que a economia local se desenvolve é expectável que setores como a Construção (ligado ao desenvolvimento de infraestruturas) e os Serviços ganhem um peso crescente na estrutura do PIB.

Esta tendência deverá manter-se nos próximos anos em resultado da aposta do governo na diversificação sectorial, a qual é refletida no Orçamento de Estado e no Programa de Investimentos Públicos (PIP), que aposta em investimentos que potenciem o crescimento da atividade não-petrolífera. A Balança Comercial apresentou, em 2010, um saldo positivo, permitindo alcançar um *superávit* de 80%. Este valor resultou da diminuição das importações, aliada a um aumento significativo no valor das exportações. As importações em 2010 tiveram como origem maioritária a União Europeia (42%), com Portugal a representar cerca de 19% das importações, tornando-se o importador com maior quota neste universo. Em relação às exportações, a China é o

principal destino das trocas comerciais, representando quase 50% do total. Os últimos 10 anos (2001-2010) foram marcados por uma elevada volatilidade da taxa de câmbio AOA/USD, particularmente no período 2001 a 2004, onde o câmbio variou entre os 30 (2001) e os 86 AOA/USD (2004). Nos últimos anos tem-se verificado uma relativa estabilização da referência cambial, no intervalo entre 80 – 90 AOA por cada USD. Tendo em conta que as transações de petróleo são realizadas em USD, a economia nacional continua a ser diretamente influenciada pela volatilidade deste indicador. Em relação à evolução da Balança Comercial, dada a elevada dependência da economia angolana das importações, os preços locais tendem a variar em linha com a variação cambial, existindo diversos bens com preços tabelados diretamente em dólares. Em relação à Inflação, de acordo com o FMI, a taxa de inflação de 2010 foi de aproximadamente 13%, baixando para 9,5% em 2011.

Perspetiva-se que, a longo prazo, a taxa de inflação venha a estabilizar e a convergir para valores comparáveis aos registados pela África do Sul (<6%), em resultado do esforço do Governo para controlar a massa monetária e a inflação local. O *rating* da República de Angola foi revisto em alta, conferindo maior credibilidade e visibilidade internacional à economia angolana.

Em resumo, Angola é hoje considerada uma das economias mais fortes de África, não só pelas taxas de crescimento do PIB, mas também pelas perspetivas futuras de criação de riqueza no país. Esta posição é refletida nas recentes revisões das agências de *rating* sobre a solidez da economia angolana, que em 2011 beneficiou de uma subida de notação de *rating* atribuída pelas três principais agências de notação financeira a nível mundial (Moody's, Standard & Poor's - S&P e Fitch): Moody's: passou de B1 para Ba3; S&P: passou de B+ para BB-; Fitch: passou de B+ para BB-. Estas notações refletem uma expectativa de evolução estável para Angola, que desta forma beneficiará de um maior grau de credibilidade e visibilidade perante investidores e parceiros de negócio, nacionais e internacionais.

Em relação ao Rendimento Disponível, o crescimento económico nos últimos anos teve como consequência direta um aumento do rendimento disponível da população. De acordo com os dados da *Economist Intelligent Unit*, Angola apresenta taxas de crescimento do seu Rendimento per Capita, ligeiramente superiores à África do Sul,

perspetivando-se que se mantenha, pelo menos até 2015. Considerando que a média de crescimento da economia mundial não deverá ir além de 4% em 2011, as estimativas para Angola apontam para um crescimento económico sustentado para os próximos anos, estando previsto um crescimento do PIB de 3,7% para 2011 e 10,8% para 2012, de acordo com o *World Economic Outlook* do FMI. Na base deste crescimento estará certamente um aumento global do preço do petróleo e uma aposta e investimento contínuos na diversificação dos setores de atividade da economia angolana. O Ministério do Planeamento de Angola prevê que em 2011, a parcela do PIB não proveniente do petróleo cresça 11,2%, enquanto a parcela relacionada com o petróleo aumente 2,3%. Espera-se que a inflação mantenha um nível relativamente elevado, sendo expectável que se assista a uma redução já a partir de 2012 e a uma relativa estabilização (em cerca de 6% - 7%), a partir de 2013, de acordo com projeções do FMI.

#### **4.1.3 – Situação Económica de Angola**

A economia de Angola caracterizava-se, até a década de 1970, por ser predominantemente agrícola, sendo o café a sua principal cultura. Seguiam-se a cana-de-açúcar, sisal, milho, óleo de coco e amendoim. Entre as culturas comerciais, destacavam-se o algodão, o tabaco e a borracha. A produção de batata, arroz, cacau e banana era relativamente importante. Os maiores rebanhos eram de gado bovino, caprino e suíno.

Angola é rica em minerais, especialmente diamantes, petróleo e minério de ferro; possui também jazidas de cobre, manganês, fosfatos, sal, mica, chumbo, estanho, ouro, prata e platina. As minas de diamante estão localizadas perto de Dundo, no distrito de Luanda. Importantes jazidas de petróleo foram descobertas em 1966, ao largo de Cabinda, e mais tarde ao largo da costa até Luanda, tornando Angola num dos importantes países produtores de petróleo, com um desenvolvimento económico possibilitado e dominado por esta atividade. Em 1975, foram localizados depósitos de urânio perto da fronteira com a Namíbia. As principais indústrias do território são as de beneficiamento de oleaginosas, cereais, carnes, algodão e tabaco. Merece destaque, também, a produção de açúcar, cerveja, cimento e madeira, além da refinação de petróleo. Entre as indústrias

destacam-se as de pneus, fertilizantes, vidro e aço. O parque fabril é alimentado por cinco centrais hidroelétricas, que dispõem de um potencial energético superior ao consumo. O sistema ferroviário de Angola compõe-se de cinco linhas que ligam o litoral ao interior. A mais importante delas é a estrada de ferro de Benguela, que faz a conexão com as linhas de Catanga, na fronteira com o Zaire. A rede rodoviária, na sua maioria constituída de estradas de segunda classe, liga as principais cidades. Os portos mais movimentados são os de Luanda, Lobito, Benguela, Namibe e Cabinda. O aeroporto de Luanda é o centro de linhas aéreas que põem o país em contacto com outras cidades africanas, europeias e americanas.

Um problema estrutural sério da economia angolana é a desigualdade muito marcada entre as diferentes regiões, em parte causadas pela guerra civil prolongada. O dado mais eloquente é a concentração de cerca de um terço da atividade económica em Luanda e na Província contígua do Bengo, enquanto em várias áreas do interior se verificam até processos de regressão.

Uma característica cada vez mais saliente da economia angolana é a de uma parte substancial dos investimentos privados, tornados possíveis graças a uma acumulação exorbitante na mão de uma pequena franja da sociedade, é canalizada para fora do país. Por agora, Portugal é o alvo preferencial destes investimentos, que se verifica na banca, energia, telecomunicações e comunicação social, mas também na vinicultura e fruticultura, em imóveis, bem como em empreendimentos turísticos.

**Figura 3 - Gráfico sobre as condições para a realização de negócios**



Fonte: Doing Business 2012. Banco mundial. Elaboração : UICC Apex-Brasil

Angola é o maior produtor de petróleo da África Subsaariana, sendo a terceira maior economia da região. De acordo com o guia de investimento: Angola 2011, produzido pelo Gabinete Legal Angola Advogados o petróleo representa 88% das exportações de bens e serviços e 54% do PIB do país. Considerando dados de 2009, os principais destinos de exportações angolanas são a China 36,4%, E.U.A. 26,9%, União Europeia 19%, África do Sul 4,2% e Chile 3,7%, sendo as principais mercadorias exportadas, além de petróleo e seus derivados, diamantes, gás, café, sisal, pesca e derivados e madeira. Em contrapartida, as principais fontes de importações, dados de 2009, são União Europeia 43,1%, China 17,4%, Estados Unidos 8,5%, Brasil 8,3%, Coreia do Sul 6,7% e África do Sul 4,2%, sendo as principais mercadorias importadas, equipamentos de maquinaria, material elétrico, medicamentos, bens alimentares, veículos e partes componentes, têxteis e materiais militares.

Por meio da ajuda de doadores internacionais, bem como de uma linha de crédito do *China Development Bank*, o governo angolano vem implementando um plano de investimento no setor agrícola do país, de US\$ 1,2 mil milhões, a ser realizado entre 2009 e 2012. Com efeito, a agricultura é o setor que mais cresce, 11,5% em 2010 e 25,9% em 2009, apesar de ter contribuído com apenas 10,6% do PIB em 2009.

No seguimento de uma mudança do paradigma socioeconómico angolano, a partir do fim da guerra civil, realizou-se uma profunda revisão de grande parte da legislação relacionada ao comércio e investimento, de modo que diversos benefícios fiscais e aduaneiros foram concedidos aos investimentos. Resultou, assim, uma aposta no Investimento Direto Estrangeiro (IDE), pilar fundamental da política económica do País. Nesse sentido, uma nova legislação sobre investimentos estrangeiros foi introduzida em 2003, e novas leis sobre o setor petrolífero e de diamantes, em 2004. Além disso, houve a adoção de um novo código aduaneiro e a revisão da pauta aduaneira em 2005. Essa revisão teve como objetivo consagrar o princípio da livre iniciativa e empresarial privada.

#### **4.1.4 - Situação Social de Angola**

Franco (2003), afirma que é comum o argumento de que para haver crescimento económico deve-se ter, num primeiro momento, uma concentração de riquezas na mão de uma minoria socialmente privilegiada. As pessoas que normalmente afirmam isso acreditam que em um segundo momento o “bolo” seria então dividido, o que viria finalmente beneficiar todos os integrantes daquela população.

Franco (2005), explica que este pensamento, comum nos meios empresariais, é embasado pela crença de que, supostamente, alguns poucos devem prosperar para então oferecer emprego aos demais integrantes da sociedade. “A natureza, a educação ou o acaso” seriam o que permite a alguns poucos “a missão de gerar riquezas”, enquanto aos demais a função secundária de subordinar-se a estes, os provedores de emprego.

Justamente esta concepção, concluiu Franco, é o que faz com que o status quo não se altere, criando a ilusão de uma elite provedora e de uma coletividade incapaz de empreender e gerar riqueza.

#### **A Realidade do País**

Angola iniciou uma nova etapa da sua história em 2002, após 30 anos de guerra civil. É hoje o segundo maior produtor de petróleo de África. Facto que, associado a um leque alargado de riquezas naturais concede ao país condições de desenvolvimento económico e humano.

No que respeita ao combate à pobreza e à fome, Angola está ainda longe dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

De entre os 177 Países relacionados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 do PNUD, Angola ficou classificada em 166º lugar, ao nível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Em 2000-1, estimava-se que cerca de 68% da população angolana vivia abaixo da linha da pobreza (correspondente a 1,70 dólares americanos por dia), 26% dos quais em

situação de extrema pobreza (com menos de 0,75 dólar americano por dia). Outro indicador que ilustra bem o nível de pobreza é a medida de desigualdade na distribuição dos rendimentos.

Enquanto o PIB per capita, mais do que duplicou (cerca de 132,7%) no período entre 2000 e 2004, o coeficiente de Gini, um indicador do nível de desigualdade na distribuição do rendimento, aumentou de 0,52 para 0,62, no período entre 1994/5 e 2000/1.

A escassez alimentar afeta um número estimado em 1,1 milhão de pessoas, mas este número baixou de um ponto máximo de mais de 3,5 milhões, em 2002.

A proporção de crianças com peso insuficiente é extremamente elevada, cerca de 45% em 2001. As elevadas taxas de subnutrição e a prevalência extremamente alta de crianças com peso insuficiente, são uma herança da guerra, mas são também o resultado da pobreza generalizada.

### **O que está a ser Feito?**

A Estratégia de Combate a Pobreza (ECP), com valor estimado em cerca de 3,15 mil milhões de dólares para o período 2003/2006, representa uma média de pouco mais de 790 milhões em cada ano de implementação.

No quadro do esforço de investimento, bem como a participação da comunidade internacional deve, em particular, atender-se ao papel central que o emprego e a formação profissional devem desempenhar na diminuição do Índice de pobreza.

Angola tem vindo a implementar investimentos públicos com impacto na redução da pobreza, salientando-se os seguintes: Reabilitação e modernização das infra-estruturas de transporte; recursos hídricos e energia elétrica; programas direcionados mais diretamente à população pobre.

O programa do Governo para o Combate à Pobreza inclui também os seguintes projetos que afetam mais diretamente a população pobre, de que se salientam, a título

exemplificativo: Programa de Microcrédito, do Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU).

Os Fundos Sociais têm como objetivo alcançar os grupos vulneráveis e pobres através de uma intervenção rápida e dirigida, criando oportunidades de emprego, principalmente trabalho de baixo rendimento e não especializado, através do financiamento de projetos públicos de infra-estruturas, nomeadamente, estradas, pontes, sistemas de saúde e escolas.

O Programa Geral de Desmobilização e Reintegração Sócio-profissional dos Ex-militares abrange os desmobilizados e seus dependentes, resultantes dos acordos de Bicesse e Lusaka, incluindo o Memorando de Entendimento do Lwena.

Desde 2003, o ressurgimento da agricultura tradicional está progressivamente a diminuir a necessidade de recorrer a produtos alimentares importados. Sementes, ferramentas manuais e outros insumos agrícolas foram fornecidos a cerca de 600 mil agricultores através de programas públicos apoiados por vários doadores liderados pela FAO.

A área total plantada para cultura aumentou em 15% durante a estação de plantio 2004-05, com uma força de trabalho acrescentada pelo regresso e reassentamento da população.

Persistem, contudo, alguns factores limitativos do aumento da produção, nomeadamente, o estado de degradação das infra-estruturas de comunicação, a dificuldade no processo de distribuição dos produtos (consequência da lenta reabilitação da rede viária e da reabilitação de pontes) e a existência de um incipiente sistema de conservação e processamento de produtos agro-pecuários.

Estes factores impedem o normal escoamento da produção para os grandes centros de consumo e desincentivam o aumento da produção no meio rural.

## **O que falta fazer?**

As principais prioridades no combate à pobreza em Angola são:

1. A criação de emprego e formação de mão-de-obra;
2. O desenvolvimento da iniciativa privada e o aumento significativo de investimentos públicos, em particular nos sectores sociais e de reabilitação de Infraestruturas, procurando, assim, diminuir a pobreza, a população vulnerável, principalmente refugiados e deslocados.

Outra prioridade, prende-se com a necessidade de melhorar a imagem do país perante a comunidade Internacional através de medidas que aumentem a transparência e a credibilidade do Estado.

Estas medidas permitem, conseqüentemente, incrementar o poder do país na negociação de créditos externos, maximizando o acesso a financiamentos multilaterais e bilaterais com baixos custos, minimizando a necessidade de empenhar garantias de petróleo.

A recente negociação de linhas de crédito com a China é um sinal de concretização das mudanças necessárias para atrair novas fontes de recursos externos.

O incentivo à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural são dois dos principais objectivos do programa que visa satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural, uma das áreas vitais para o desenvolvimento sustentável de Angola.

Ações como o desenvolvimento do setor tradicional e o setor empresarial agro-pecuário, inseridas no programa ECP (Estratégia de Combate à Pobreza), são duas prioridades do Programa do Governo, 2005-2006, a que se acrescentará a necessidade de acelerar o processo de desminagem.

Tendo em vista este objectivo, o Governo está a promover o setor agro-pecuário, concentrando-se nas culturas de cereais, leguminosas, raízes e tubérculos, café, produtos de pesca continental/artesanal, a criação de pequenos ruminantes e gado bovino,

considerados tradicionalmente como os produtos de base da dieta alimentar da população rural angolana.

Na estratégia de segurança alimentar, insere-se o desenvolvimento participativo das populações rurais. Fazem parte das políticas e programas no combate à fome e à pobreza, programas de crédito, capacitação e diversificação de soluções institucionais (agências públicas, grupos comunitários, organizações participativas), apoio à descentralização e reformas do setor público.

Há, também, a promoção do desenvolvimento das capacidades locais, envolvendo relações entre os grupos comunitários, ONG's e empresas, através do financiamento de pequenos investimentos.

A Saúde de Angola é classificada entre as piores do mundo. Angola está localizada na zona endémica de febre amarela e a incidência de cólera é elevada. Apenas uma pequena fração da população recebe atenção médica ainda que rudimentar. A partir de 2004, a relação dos médicos por população foi estimada em 7,7 por 100 mil pessoas. Em 2005, a expectativa de vida foi estimada em apenas 38,43 anos, uma das mais baixas do mundo ea mortalidade infantil em 2005 foi estimada em 187,49 por 1000 nascidos vivos, também uma das mais altas do mundo.

A incidência de tuberculose em 1999 foi de 271 casos por 100.000 pessoas. A desnutrição afeta cerca de 53% das crianças abaixo de cinco anos de idade. A prevalência de HIV/AIDS foi 3,90 por 100 adultos em 2003 e em 2004 havia aproximadamente 240.000 pessoas a viver com HIV/AIDS no país. Estimam-se em 21.000 as mortes provocadas pelo AIDS em 2003. Em 2000, 38% da população teve acesso à água potável e 44% tinham saneamento adequado.

## **CAPÍTULO 5 – Proposta pedagógica para o tratamento do conteúdo “Desenvolvimento Humano e Pobreza numa Perspetiva africana” e o seu Impacto no Ensino da História Universal aos estudantes do Ensino Secundário da 11ª e 12ª classe.**

### **5.1 – Análise dos resultados de entrevistas e inquéritos**

De acordo com o estudo efetuado no terreno pela autora deste trabalho, no período correspondente aos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2012, chegou-se à seguinte conclusão: de que deviam ser entrevistados estudantes da 11<sup>as</sup> e 12<sup>as</sup> Classes da área Económico – Jurídica do II Ciclo do Ensino Secundário de Benguela, para enfrentar o trabalho e identificar os principais problemas que se manifestam no ensino da disciplina de “Desenvolvimento Económico e Social”. Feita a análise e processamento dos resultados de entrevistas e inquéritos, identificaram-se os seguintes problemas: Do questionário realizado aos alunos da 12ª classe, apresentaram-se os seguintes resultados: no Universo de 62 alunos foram questionados 52 o que representa 84% dos quais 25 do sexo masculino e 27 do sexo feminino. Constatou-se que os alunos concedem grande importância no tratamento do tema, pois ele contribui para o aumento do conhecimento da disciplina de “Desenvolvimento Económico e Social”. Por outro lado, os alunos na sua maioria reclamam a necessidade de que os professores busquem vias de motivação para o desenvolvimento dos conteúdos históricos, sugerindo que os professores fossem colocados consoante as suas especialidades e que os conteúdos fossem uniformizados em todas as escolas, por forma a tornar as salas de aulas mais participativas e não só.

A totalidade dos entrevistados assinala a falta de bibliografia atualizada para o desenvolvimento do tema. Outrossim, assinalaram que os professores na sua maioria não apresentam conhecimentos profundos sobre a própria Disciplina de “Desenvolvimento Económico e Social”.

**Tabela 4 – número de questionários realizado aos alunos da 12ª Classe**

Total de alunos	62
Questionados	52
Masculinos	25
Femininos	27
Percentagem de entrevistados	84%

Ao realizar a avaliação das respostas, pudemos também comprovar que os alunos na sua maioria concordam que são os homens que contribuem para a pobreza. De facto, a maior parte dos alunos tem conhecimento de que ainda existem no mundo países que têm como primeira linha de preocupação o Desenvolvimento Humano. Ao realizar uma análise dos resultados expostos anteriormente, podemos chegar a conclusão de que existe uma coincidência forte entre os critérios dados pelos estudantes, estes critérios oferecem uma validade ao problema, objetivos e hipóteses mencionados nesta monografia, algo que permite abordar e fundamentar a mesma.

## **5.2 - Crítica ao Programa Atual**

A análise realizada aos programas foi concebida e executada para a obtenção de informações sobre o tratamento atual do ensino, considerando os elementos imprescindíveis para a sua elaboração e desenvolvimento.

Na análise dessa documentação, procuram-se reconhecer as particularidades da elaboração correspondente à Unidade Didática: Estrutura, Diagnóstico e despertar o interesse dos alunos.

### **• PARTICULARIDADES DA SUA ELABORAÇÃO**

O tema sobre o Desenvolvimento Humano, como já se expressou, devia ser ministrado a partir da 11ª Classe, uma vez que na 12ª Classe, não é suficiente pela sua complexidade.

- **CONCEÇÕES PSICOLÓGICAS E SOCIOLÓGICAS QUE SUSTENTAM O PROGRAMA**

O Programa atual não expõe de forma explícita os pressupostos psicológicos que fundamentam o processo docente educativo. Mas manifestam implicitamente uma concepção do homem, no ensino e na aprendizagem, apoiadas nas pedagogias tradicionais. Faz-se uma formulação pouco clara sobre o estudo do respetivo tema e das suas etapas.

- **CARACTERÍSTICAS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO**

Os programas não apresentam de forma explícita os principais acontecimentos que caracterizam as principais etapas do Desenvolvimento Humano numa perspetiva africana.

- **PROPOSTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA UNIDADE DIDÁTICA**

O Tema em destaque, a dar-se na 11ª Classe do II Ciclo do Ensino Secundário, deve expressar um ordenamento, lógico e pedagógico de conteúdo a esse nível. Constitui pois um importante tema pelo seu carácter generalizador e Universal. Dentro da disciplina de História Universal, propõe-se a inserção de uma Unidade Didática que aprofunde os conteúdos sobre Desenvolvimento Humano numa perspetiva Africana, tendo em conta uma série de princípios pedagógicos tais como:

1. Os objetivos devem expressar-se em termos de ações mais gerais, a partir das funções que desempenham a disciplina na formação dos alunos e a interiorização da História Universal e que por isso devem ser definidos em função da ação a desempenhar pelos estudantes, com o conteúdo a assimilar e nas condições em que se vai realizar a ação.
2. Os conteúdos devem ser estruturados de forma dialéctica, com enfoque sistémico, ínter – relacionado em todos os seus componentes: conhecimentos, habilidades e valores
3. Nos métodos ativos do ensino, deve-se dar prioridade especial ao argumentar a importância da correta compreensão da relação entre o material e o ideal para o

estudo das diferentes formas do pensamento humano. Também deve-se fazer com que os estudantes analisem, atuem e pensem como seres ativos da sociedade.

4. Os meios de ensino devem ser concebidos como parte de um subsistema dentro do desenho metodológico da disciplina.
5. O sistema de avaliação, deve ter como elemento primordial o trabalho ativo, sistemático do aluno e a realização de uma componente de trabalho científico.
6. A bibliografia a utilizar deve ser atualizada.

### **5.3 – Proposta de Introdução do Tema em História Universal na 11ª Classe**

A proposta de introdução do tema em História Universal na 11ª classe tem a seguinte estrutura:

#### **5.3.1 – Sistema de Objetivos**

Os objetivos como componente reitor do processo docente educativo explicitam as capacidades (hábitos e habilidades) que deve possuir o aluno; a partir deles se precisam os restantes componentes do processo.

Assim, os objetivos ficam definidos da seguinte forma:

- **Objetivos Instrutivos**

Que através do desenvolvimento do tema os estudantes sejam capazes de:

- Determinar as formas do surgimento do Desenvolvimento Humano em África;
- Identificar as formas do processo do Desenvolvimento Humano em África;
- Demonstrar as causas da decadência do Desenvolvimento Humano e consequente aparecimento da pobreza em África e o caso particular de Angola;
- Desenvolver um pensamento dialético que permita valorizar adequadamente a realidade social Universal a partir do compromisso individual.

Estes objetivos contribuem para os objetivos educativos, como tal, que os estudantes através do tema sejam capazes de valorizar o conhecimento das etapas das causas do surgimento da pobreza em África e o caso particular de Angola.

### **5.3.2 – Sistema de Conteúdos**

Uma das necessidades atuais do conhecimento científico e da atividade prática consiste na capacidade do indivíduo pensar de forma dialética (arte de raciocinar), de maneira que se possibilite a solução bem sucedida dos seus problemas profissionais e sociais.

O conteúdo é o componente do processo docente – educativo que expressa em configuração que adota ao precisar, dentro do objeto, aqueles aspetos necessários e imprescindíveis para cumprir o objetivo. Manifesta-se na seleção dos elementos da cultura e a sua estrutura, de que deve apropriar o estudante para alcançar os objetivos.

No conteúdo, revelam-se três dimensões: conhecimentos que refletem o objeto de estudo, habilidades que recolhem o modo em que se relaciona o homem com esse objeto e valores, que expressam a significação que lhe atribui o homem aos ditos objetos.

### **5.3.3 - A Seleção do Conteúdo da Aula**

Na seleção do conteúdo, reside, em grande medida, a eficácia do ensino do tema sobre o Desenvolvimento Humano e Pobreza numa perspetiva Africana.

Traçadas as linhas gerais do ensino pelo Ministério da Educação, conhecendo-se as linhas gerais do tema, da classe e do curso, o docente experimentado deve recorrer às mais diversas fontes de informação bibliográfica e multimédia para preparar as suas aulas. Dum conteúdo bem preparado que motive e cativa a atenção dos alunos depende a qualidade das aulas e o êxito do professor. Daí que, a seleção dos conteúdos se revista de grande importância para o ensino.

Ao programar a sua aula, o professor deve ter presente os objetivos a atingir no final dos 45´ ou 50´ minutos de atividade, numa dupla perspetiva de instruir e de educar.

Um conteúdo bem selecionado é aquele que indo exatamente ao encontro dos objetivos da aula, cativa a atenção dos alunos e estimula o trabalho do docente. Não é sem razão

que se afirma que o docente através dos métodos de ensino, tem no conteúdo a via para os objetivos a atingir.

A análise das etapas em que se deve tratar da formulação e da formação de conceitos e o desenvolvimento de habilidades em que se apresenta o conteúdo não pode alhear-se dos principais problemas didáticos, metodológicos e organizativos da aula.

#### **5.3.4 – Métodos de Ensino**

O método representa a maneira de conduzir o pensamento ou ações para se alcançar um objetivo. É também a disciplina do pensamento e das ações para se obter maior eficiência no que se pretende realizar.

Pode-se dizer que método é planeamento das ações, segundo determinado critério, tendo em vista determinada meta. Ainda, quanto ao conceito de método e de técnica de ensino, importa referir que ainda não estão devidamente esclarecidos, havendo mesmo certa controvérsia a esse respeito.

Método é um conceito mais amplo do que técnica. A técnica é mais adstrita a formas de apresentação imediata da matéria. Técnica de ensino significa, certos recursos e a maneira de utilizá-los para a efetivação da aprendizagem do educando. Método indica aspetos gerais de ação não especificamente para se alcançar o objetivo.

Pode-se dizer que, o método de ensino ou didático é o conjunto de procedimentos lógicos e psicologicamente ordenados, de que se vale o professor para levar o educando a elaborar conhecimentos e adquirir técnicas ou habilidades e a incorporar atitudes e ideias.

#### **5.3.5 – Tipos e Classificação dos Métodos de Ensino**

Os métodos são classificados segundo as exposições do professor, do aluno, da disciplina a lecionar e mesmo da organização escolar. Classificam-se ainda tendo em conta a forma de raciocínio, coordenação da matéria, concretização do ensino, sistematização da matéria, atividades do aluno e abordagem do tema em estudo. São

aplicáveis ainda muito de acordo com as condições materiais da escola, a perícia e a experiência do docente.

Atendendo às considerações expressas anteriormente, selecionamos a seguinte classificação dos principais métodos a utilizar no processo de ensino aprendizagem.

### **a) MÉTODO EXPOSITIVO**

Este é o método que mais se aplica nas nossas instituições de ensino e apresenta as seguintes características:

- Supõe grande atividade do docente e uma atitude de aprendizagem recetiva do aluno.
- Aplica-se para dar grande quantidade de matéria em tempo estipulado desenvolvendo a capacidade de assimilação racional de conhecimentos por parte dos alunos.

### **b) MÉTODO HEURÍSTICO**

Consiste numa série de procedimentos em que o docente leva o aluno a compreender antes de fixar os conteúdos, implicando justificações lógicas e teóricas apresentadas pelo professor ou pesquisadas pelo aluno. Apresenta as seguintes características:

- Permite uma maior aproximação do aluno daquilo que é a solução independente dos problemas.
- O docente apresenta os passos da solução da tarefa, investigação ou pesquisa e a decompõe em sub – problemas.
- O aluno resolve as suas tarefas de forma independente.

Requisitos para a boa aplicação do método heurístico:

- Análise dos problemas;
- Formulação de perguntas sobre conteúdo exposto;
- Diferentes conclusões a partir dos factos apresentados;
- Enunciado das supostas hipóteses – elaboração de um plano de comprovação;
- Decomposição de uma tarefa complexa numa série de outras tarefas de menor complexidade e que levem à primeira;
- Correta organização da conversa heurística.

### **c) MÉTODO DE TRABALHO INDIVIDUAL**

É bastante aplicado nas nossas escolas e com algum êxito; consiste em aplicar técnicas que levem ao atendimento por parte do professor das diferenças individuais que se registam num conjunto de alunos de uma turma. É um trabalho escolar ajustado ao educando por meio de tarefas diferenciadas, do estudo dirigido, ficando o professor mais à disposição do educando para orientá-lo nas suas dificuldades.

É vantajoso porque permite a exploração máxima das possibilidades dos alunos; porém, torna-se desvantajoso pelo facto de não permitir um trabalho em grupo.

Este método tem as seguintes características:

- Permite uma atividade produtiva e ativa dos alunos perante a aprendizagem;
- É um meio de expressão do grau de auto atividade alcançado pelos alunos e um meio para se continuar o desenvolvimento do trabalho individual;
- Pode empregar-se quando os alunos já conseguem por si só coordenar corretamente as suas tarefas ou atividades.

São os seguintes os requisitos necessários para a sua boa aplicação:

- Que o docente faça a selecção correta dos conteúdos em que o método se pode tornar mais eficaz, antes de o aplicar;
- Que o docente avalie o grau de dificuldade que o conteúdo pode oferecer;
- Exige adequação dos meios de ensino ao contexto.

### **d) MÉTODO EXPLICATIVO – INSTRUTIVO**

Principais características deste método:

- Emprega os diferentes meios de informação e fontes como a palavra oral e escrita e objetos naturais;
- Atividade dos alunos centra-se no esforço para a percepção, compreensão e memorização, indispensáveis para encaminhar a atividade dos alunos até a um determinado objetivo.

Requisitos para a sua boa aplicação:

- Exige que o docente utilize com mestria (grande saber, perícia) os meios, formas de execução de trabalho e outros métodos tradicionais como o explicativo, o expositivo e procedimentos como a utilização correta de manuais, laboratórios, etc;
- Exige uma grande quantidade de trabalhos práticos, gráficos, objetos naturais ou suas representações simbólicas.

### e) MÉTODO DE EXPOSIÇÃO PROBLEMÁTICO

Principais características deste método:

- O docente apresenta aos alunos um problema que ele mesmo resolve, porém, durante este processo mostra as vias para essa solução nas suas condições;
- Os alunos seguem atualmente a lógica e assimilam integralmente as etapas da solução.

Requisitos para a sua boa aplicação:

- Requer apresentação prévia do problema;
- Explicação das hipóteses;
- Estruturação mental de experiências;
- Derivação de conclusões;
- Verificação dos resultados reais;
- Revelação dos passos, vias e lógicas para a solução apresentada.

### 5.3.6 – Meios de Ensino

Os meios didáticos ou de ensino, são meios auxiliares que têm a função de mediar as informações aos alunos de uma maneira plástica e intuitiva.

Eles facilitam o processo de abstração e dirigem a atenção dos alunos às características essenciais e comuns do que devem assimilar. A sua utilização aumenta o efeito do ensino e da educação, já que permite a aquisição de conhecimentos claros e duráveis.

O material didático de uma aula, deve ser apresentado e utilizado nos momentos preciosos. Assim, esse material não deve ficar à mostra, desde o início da aula, porque

poderá ser motivo de distração e não de concentração para o estudo do tópico que está a ser tratado.

### **5.3.7 – Como e o Que Avaliar?**

A avaliação é um momento muito importante dentro do processo ensino – aprendizagem, visto que ela será o *feedback* da nossa atuação como educador e é através dela que o professor saberá se está ou não a alcançar os objetivos propostos para a unidade ou classe. Ela deve ser um processo contínuo e seu significado deve ultrapassar a mera assimilação de um conteúdo.

As avaliações, de maneira geral, não revelam a preocupação de fazer com que o aluno veja a sua realidade social criticamente, levando-o a uma mera reprodução dos conteúdos ensinados. Mas, percebe-se uma tentativa de superação dessa prática já arraigada (fixa), quando encontramos em muitos momentos, outras formas de avaliar o aluno, onde a preocupação recai no nível de compreensão e aplicação deste conhecimento na realidade vivida.

Tornar o conteúdo aplicável à vida, deve ser a nossa principal preocupação. É em cima disso que a evolução deve ser efetuada, dando ênfase à formação cultural e social dos alunos.

Questionar-se sempre, com vista a alcançar os objetivos propostos e uma forma de maturidade e compromisso profissional no processo de ensino – aprendizagem.

### **5.3.8 - A Relação Professor Aluno**

De forma geral, o “bom professor” é acima de tudo aquele que, além de ter os conhecimentos necessários para a sua atuação, também permite uma aproximação afetiva com os seus alunos. Esta aproximação é determinante na relação professor aluno, e será fundamental para que o processo de ensino aprendizagem se dê de forma satisfatória, visto que nela está implícita a vontade em tornar as classes atraentes, em

estimular a participação, usar uma linguagem acessível, sempre procurando a concentração dos seus objetivos.

## RECOMENDAÇÕES

- Continuar a aprofundar o estudo do tema sobre o “Desenvolvimento Humano e Pobreza numa perspectiva Africano: o caso concreto de Angola” e alargar o conhecimento deste a outros níveis de ensino;
- Transmitir ao coletivo de docentes da disciplina de História Universal, a experiência pedagógica de elaboração de uma unidade Didática desenvolvida neste trabalho;
- Levar em consideração todas as contribuições válidas quanto à conceção da metodologia a seguir para o tratamento do tema;
- Dirigir o trabalho de preparação dos docentes, de forma a facilitar o desenvolvimento do tema, nos centros onde este é ministrado;
- Problematizar situações que levem aos alunos à reflexão e à produção do seu próprio conhecimento com relação ao tema;
- Recomenda-se, a quem de direito, a reestruturar o programa por forma a facilitar um conhecimento mais sólido sobre o tema, na área de Ciências Económico – Jurídicas e Humanas.

## CONCLUSÃO

A intenção desta monografia é a de despertar um conjunto de aspetos relacionados com o tema “Desenvolvimento Humano e Pobreza numa Perspetiva Africana: o caso concreto de Angola”. Este é um tema bastante delicado tendo em conta a sua complexidade. Necessário se torna lembrar aqui que, a escolha deste tema consistiu no facto de haver pouca bibliografia sobre o mesmo.

Sendo que a história se faz com memória e não com esquecimento, esta investigação leva a reafirmar que são os próprios homens que criam a sua história, o que nos nossos dias se torna cada vez mais evidente, e que o futuro da humanidade depende precisamente do pensamento e da atividade dos homens.

Propõe-se deste modo, a analisar estes aspetos numa vertente pedagógica, visando despertar nos estudantes o interesse pelo tema e a tomada de consciência da sua importância e suas implicações no estudo da História Universal, munindo assim as novas gerações de uma gama de conhecimentos que lhes permita assumir com responsabilidade o seu papel no desenvolvimento da sociedade.

Relativamente ao trabalho elaborado, tendo em conta as pesquisas feitas para efeito e dos resultados do inquérito realizado a alguns estudantes do Curso de Ciências Económico – Jurídico em função deste pressuposto e de forma geral, deduziram-se as seguintes conclusões:

- 1 – Existem lacunas e insuficiências no seio da população em geral e na camada estudantil em particular, no que se refere aos conhecimentos sobre o “Desenvolvimento Humano e Pobreza numa perspetiva Africana: o caso concreto de Angola”.
- 2 – No que diz respeito aos objetivos da pesquisa, aqueles foram atingidos, já que ao longo desta investigação, notou-se que saberes sistematizados e introduzidos no Programa da 11ª classe, do II Ciclo do Ensino Secundário, poderão minimizar o vazio que se regista.
- 3 – Quanto à hipótese formulada na introdução desta monografia, considerou-se que foi confirmada, porquanto a maior parte dos entrevistados considerou que um trabalho sobre o tema e sobretudo a introdução de uma unidade didática, contribuirá para a formação de conhecimentos.

4 – Acerca dos métodos e procedimentos adotados, e que também estão inclusos na introdução desta monografia, tendo em consideração as ações desenvolvidas com a utilização do método de pesquisa, bibliográfica, documentação, bem como o inquérito, considera-se ter sido cumprido o propósito traçado.

## BIBLIOGRAFIA

Almeida, F e Gilberto Silva (1994), “Escolarização, pobreza e Socialização na Infância e na Juventude: Uma proposta de plataforma de pesquisa interdisciplinar para a Educação”, *Eccos Revista Científica*.

Almeida et al. (1994), “Acesso Universal a qualificações certificadas para a rotura da relação entre insucesso escolar e desigualdades sociais”, *Forum Sociológico Série II*.

Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, in *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 4, Janeiro / Julho, pp.37-70.

Atisophon, V.; Jesus Bueren; Gregory De Paepe; Christopher Garroway e Jean-Philippe Stijns (2011), "Revisiting MDG Cost Estimates from a Domestic Resource Mobilisation Perspective", *OECD Development Centre Working Papers*, No. 306, OECD Publishing.

Banco Mundial (2000), Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial, The World Bank Washington D.C.

Basinga, Paulin; Ann M. Moore; Susheela Singh; Lisa Remez; Francine Birungi e Laetitia Nyirazinyoye (2011), *Grossesse non désirée et avortement provoqué au Rwanda – causes and consequences*, Gutmacher Institute.

Boer, Leen e Ad Koekkoek (1993), “Human Development Report: Fad or Fixture?”, *Development Policy Review*, Vol. 11, n. 4, December, pp.427–438.

Bruto da Costa, Alfredo (1984), “Conceito de Pobreza”, *Estudos de Economia*, vol. IV, 3, 275-294.

Bruto da Costa, Alfredo (1998), *Exclusões Sociais*, Gradiva Publicações, Lisboa.

Figueiredo, A. e Costa, C. (1981), *Do Subdesenvolvimento: Vulgatas, Ruturas e Reconsiderações em Torno de um Conceito: Roteiro Crítico e Antologia*, Lisboa, Edições Afrontamento.

Fosu, Augustin Kwasi (2011), “Optimal public investment, growth, and consumption: Evidence from African countries”, *Economics Series Working Papers WPS/2011-22*, University of Oxford, Department of Economics.

Franco, Augusto de (2003), *A revolução do local: globalização, localização*, Brasília: AED / São Paulo: Cultura.

Franco, Augusto de (2005), *Desenvolvimento, Capital Social e Democracia*, Brasília: AED / São Paulo: Cultura.

Friedmann, J. (1996), *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editora.

Geremek, Bronislaw (1987), *La Potence ou la Pitié*, Paris, Gallimard

- Giddens, A. (2001), *A terceira via e seus críticos*, Rio de Janeiro: Record.
- Giddens, A. (2008), *Sociologia*, 4ª ed., Porto Alegre: Artmed.
- González de la Rocha, M. (2001), “From the resources of poverty to the poverty of resources; the erosion of a survival model”, *Latin American Perspectives*, vol. 28, n. 4, pp. 72-100.
- Gumieiro, Rafael Gonçalves (2011), *Diálogo das teses do Subdesenvolvimento de Rostow, Nurske e Myrdal com a teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos.
- Joaquim (1960), *Pensamento desenvolvimentista de Raúl Presbisch*.
- Kankwenda, M.; Gregoire, L.; Legros, H. e Ouedraogo H. (2000), “Poverty Eradication: Where Stands Africa?”, United Nations Development Program (UNDP), Londres, Economica Ltd.
- Lewis, Oscar (1961), *Antropologia de la Pobreza*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Ministério do Planeamento (2005), *Estratégia de combate à pobreza: Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização – Educação Revista*.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (MINPLAN) (2010), *Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*, Luanda, MINPLAN.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (MINPLAN) (2009), *Country Programme Action Plan (2009-2013)*, PNUD-ANGOLA Luanda, MINPLAN.
- Ndikumana, L. James Boyce (2011), “Capital flight from sub-Saharan Africa: linkages with external borrowing and policy options”, *International Review of Applied Economics*, 25: 2,
- OCDE/CAD (2008), *Forum de alto nível sobre a eficácia da ajuda*, 2 a 4 de setembro de 2008, Accra, Gana.
- Oliveira, Sílvia (2012), “Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação”, *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 48(1): 29-40, janeiro/abril.
- PNUD (1994), *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994*, Lisboa: Tricontinental Editora.
- PNUD (1998), *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano – Angola, 1998*.
- PNUD (1999), *Informe sobre Desarrollo Humano. La mundialización con rostro humano. Los mercados globales, la tecnología global, las ideas globales y la solidaridad*, PNUD, Nações Unidas.
- PNUD (2002), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002*, Lisboa, PNUD.
- PNUD (2004), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*, Lisboa, PNUD.

PNUD (2011), *Human Development Report 2011 - Sustainability and Equity: A Better Future for All*, PNUD, Nações Unidas.

Robson, P. e S. Roque (2001), “Aqui na Cidade Nada Sobra para Ajudar: Buscando a Solidariedade e a Ação Coletiva em Bairros Periurbanos de Angola”, Luanda, ADDRA.

Rodrigues, Eduardo Vítor; Samagaio Florbela, Hélder Ferreira, Maria Manuela Mendes, Susana Januário (1999), A Pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal, *in* Sociologia, Revista da Faculdade de Letras, Porto, série I, n.º 9, Porto, FLUP, pp. 63-101.

Rowntree, Seebohm (1901), *Poverty: a study of town life*, The Policy Press.

Sachs, J. (2006), *The End of Poverty*, Penguin books.

Santos (1992) Revista Crítica de Ciências Sociais, Artigos para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das emergências.

Santos, B. S. (org.) (2001), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento.

Sen, Amartya (1987), *On Ethics and Economics*, Oxford, Basil Blackwell.

Sen, Amartya (1993), “Internal Consistency of choice”, *Econometrica*, 61(3), pp. 495-495.

Sen, Amartya (1999), *Pobreza e fomes. Um ensaio sobre direito e privações*, Terramar, Lisboa.

Sen, Amartya (1999), *Un nouveau modele Economique – Development, Justice, Liberté*, Paris, Ed. Odile Jacob.

Sen, Amartya e Mahabub Ul Haq (1990), *in* *Human Development Report 1990*, PNUD, Nações Unidas.

Streeten, Paul (1986), “What Do We Owe to the Future?”, *Resources Policy*, vol. 12, n. 1, Março.

UNCTAD (2010), *Annual Report*, UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, UNITED NATIONS.

### **Sites Consultados**

<http://www.ine.cv/Ine Imprensa Articles/INE – 25 -07 – 2001.htm> – 10 agosto

[www.africaneconomicoutlook.org](http://www.africaneconomicoutlook.org)

[www.opais.net/pt](http://www.opais.net/pt)

[www.bfa.ao](http://www.bfa.ao)

[www.kpmg.com](http://www.kpmg.com)

[www.bancomoc.mz](http://www.bancomoc.mz)

<http://translete.google.pt/?tr=f&hl=pt-BROS>

<http://mirror.undp.org/angola/link Rtf/nhd2004 prefacio.pdf>

<http://www.africanomicoutlook.org/p/outlook/human - development/the - status - of human - development - in -africa -as - measured - by - the human - development - index>

[http://mirror.undp.org/angola/link Rtf/HDR20//pt.pdf](http://mirror.undp.org/angola/link%20Rtf/HDR20/pt.pdf)  
[www.tagu.com.ary/](http://www.tagu.com.ary/) toda la informacion acerca de autores  
[www.soo.sdr.sc.gov.br/index.php?option = com docman&task =doc](http://www.soo.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc)

## ANEXOS

### Guião de entrevista a estudantes do ensino médio

A minha intenção com este questionário é obter informações sobre o grau de conhecimentos dos estudantes acerca do tema Desenvolvimento Humano e Pobreza numa perspetiva africana. Por isso solicito a maior sinceridade possível para que a sua opinião criteriosa seja um grande contributo para o objetivo que se pretende neste trabalho, que é o de elevar o nível de conhecimentos no que se refere a este tema. Este questionário não tem caráter avaliativo nem inspetivo pelo que, só peço a sua sinceridade marcando com X para cada questão.

### Dados gerais do inquérito

Escola onde estuda \_\_\_\_\_  
Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_ Habilitações Literárias \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

1 – Concorda que o Desenvolvimento Humano e Pobreza em África se faz sentir?

Concordo totalmente \_\_\_\_\_ Concordo \_\_\_\_\_ Não concordo totalmente \_\_\_\_\_  
Discordo \_\_\_\_\_

2 – Concorda que o tema Desenvolvimento Humano e Pobreza numa perspetiva Africana faz-se sentir em Angola?

Concordo totalmente \_\_\_\_\_ Concordo \_\_\_\_\_ Não concordo totalmente \_\_\_\_\_  
Discordo \_\_\_\_\_

3 – Concorda que no continente Africano o Desenvolvimento Humano se verifica?

Concordo totalmente \_\_\_\_\_ Concordo \_\_\_\_\_ Não concordo totalmente \_\_\_\_\_  
Discordo \_\_\_\_\_

4 – Concorda que já há algum material sobre o respetivo tema?

Concordo totalmente \_\_\_ Concordo \_\_\_ Não concordo totalmente \_\_\_ Discordo \_\_\_

5 – No seu entender, concorda que o Desenvolvimento Humano não se verifica por causa da guerra?

concordo totalmente \_\_\_\_\_ Concordo \_\_\_ Não concordo totalmente \_\_\_\_\_  
Discordo \_\_\_\_\_

6 – Concorda que já há alguns países do mundo que têm como primeira linha o Desenvolvimento Humano?

Concordo totalmente \_\_\_ Concordo \_\_\_ Não concordo totalmente \_\_\_ Discordo \_\_\_

7 – Na sua opinião, concorda que o Desenvolvimento Humano tem benefícios para todos os cidadãos?

Concorda totalmente \_\_\_ Concordo \_\_\_ Não concordo totalmente \_\_\_ Discordo  
\_\_\_\_\_

8 – Concorda que a pobreza é causada pelos homens?

Concordo totalmente \_\_\_\_\_ Concordo \_\_\_ Não concordo totalmente \_\_\_ Discordo \_\_\_

9 – Concorda que o homem pode combater contra a pobreza?

Concordo totalmente \_\_\_ Concordo \_\_\_ Não concordo totalmente \_\_\_ Discordo \_\_\_

10 – Sabe o que é o “Índice de Desenvolvimento Humano”?

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

11 – O crescimento económico promove sempre o bem – estar das populações?

Sim, muito \_\_\_\_\_ Não \_\_\_ Alguma \_\_\_\_\_

12 – Nos últimos cinco anos, sente que Angola registou crescimento económico?

Sim, muito forte \_\_\_\_ Sim, forte \_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

13 – Nos últimos cinco anos, sente que a generalidade da população angolana registou uma melhoria do bem – estar?

Sim, muito forte \_\_\_\_ Sim, forte \_\_\_\_\_ Alguma Não \_\_\_\_\_